

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	54
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	65
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	67
10.5 - Políticas contábeis críticas	69
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	72
10.8 - Plano de Negócios	73
10.9 - Outros fatores com influência relevante	78

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, a Política de Gestão de Riscos, foi atualizada.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: [ri.igua.com.br](http://ri.igua.com.br).

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da nossa Política de Gestão de Riscos é entender, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis, orientando os processos de identificação, avaliação, resposta, tratamento e monitoramento dos riscos do ambiente corporativo, possibilitando a prevenção de seus impactos nas estratégias de negócio da Companhia.. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão.

Além disso, a referida Política e o Procedimento de Gestão de Riscos tem como objetivo orientar os trabalhos de Auditoria Interna e Compliance da Companhia.

### (i) riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- **Estratégico:** são os riscos associados à tomada de decisão da Administração e que podem gerar perda substancial no nosso valor econômico. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou capital em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas e mudanças em nosso ambiente de negócio;
- **Financeiro:** risco de perda de recursos financeiros, relacionados às exposições cambiais, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de commodities, redução de margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas, etc.);
- **Operacionais:** são os riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de nossos recursos;
- **Regulatório/Legal:** são os riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao nosso setor de atuação, bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal);

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Ambiental: são os riscos de perdas no resultado e balanço da empresa, causadas por danos diretos ou indiretos ao meio ambiente. Estão relacionados a possibilidade de ocorrência de um evento associado à gestão inadequada de questões ambientais;e
- Reputacional/Imagem: são riscos de perdas ligados a possibilidade de ocorrência de um evento associado à exposição negativa da Companhia.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

Buscamos mitigar nossos riscos por meio de um processo estruturado no que compete:

(i) à identificação dos riscos; (ii) à análise dos riscos; (iii) à avaliação dos riscos; (iv) ao tratamento dos riscos; e (v) ao monitoramento dos riscos.

O Departamento de Gestão de Riscos é o principal responsável pela identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados.

Dentre os principais instrumentos que utilizamos na gestão de nossos riscos, podemos citar:

- Estratégico: (i) monitoramento e controle de gastos; (ii) auxílio na elaboração de contingências; e (iii) mapeamento e melhoria de processos;
- Financeiro: utilizamos a metodologia “*what if*”, como boa prática de gestão, o que consiste em identificar e tratar os riscos financeiros por meio de mapeamento e indagação aos responsáveis pelo processo. Por exemplo, é necessário analisar o processo com este ponto de vista: “E se o cliente não pagar? E se o fornecedor não oferecer uma condição mais flexível de pagamento? E se o empréstimo bancário for pago com atraso?”. Desta forma, é possível analisar com cautela quais as medidas que serão necessárias e o prazo para tratamento dos riscos;
- Operacionais: entendemos que a adequada gestão do risco operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os colaboradores e, nesse sentido, investimos constantemente na disseminação da cultura de risco operacional. Além de um alto padrão ético na condução dos negócios em todos os níveis da organização, buscamos incutir entre nossos colaboradores uma consciência preventiva, mitigando a exposição da empresa aos riscos operacionais;
- Regulatório/Legal: identificamos os pontos críticos da nossa atividade que devem ser tratados com prioridade, fornecendo subsídio para que sempre esteja em conformidade com a disposição das normas, evitando, assim, possíveis prejuízos pelo não cumprimento das mesmas;
- Ambiental: (i) criação de programas de prevenção; (ii) monitoramento de legislações específicas; (iii) monitoramento histórico de riscos realizados; (iv) monitoramento contínuo dos controles e resultados de ações que afetem o meio ambiente;
- Reputacional/Imagem: (i) avaliação de stakeholders e as questões estratégicas nas quais eles estão interessados; (ii) estabelecimento de um planejamento pró-ativo sobre as questões que podem impactar sua reputação; (iii) alinhar a governança e a organização em torno do risco; (iv) monitorar, de forma constante, sinais que possam indicar o surgimento desses problemas e o estabelecimento de processos internos, papéis e responsabilidades para a gestão da reputação e para o crescimento

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos sustentável das organizações.

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A análise dos riscos consiste na verificação das causas e consequências dos riscos, bem como da probabilidade de materialização destes riscos e seus impactos.

A classificação final dos riscos deve ser levada em consideração para tratamento do mesmo, adotando as seguintes respostas perante ao risco:

- Evitar: elimina o fato gerador do risco. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de negócios, unidade ou operação, ou processos;
- Mitigar: ações deverão ser tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos;
- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, entre outros; e
- Aceitar: esta ação é tomada quando não é possível ou prático responder ao risco utilizando as outras estratégias. Neste caso, quando a Alta Administração decide formalmente por aceitar o risco, significa que estão concordando em enfrentar o risco, se e quando ele ocorrer. Um plano de contingência, plano de solução e/ou reserva de contingência podem ser desenvolvidos para essa eventualidade. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos formalmente pela nossa Administração. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo.

A área de Compliance foi criada, após a constituição da Igua, em 2017, o Programa de Compliance foi aprovado em dezembro de 2017, pelo Comitê de Auditoria, e instituído em maio de 2018. Em abril de 2021, a área de GRC-AI foi estruturada, sendo constituída pelas áreas de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e Auditoria Interna.

O GRC-AI, é responsável pela execução de trabalhos de controles internos, gestão de riscos e auditoria interna. O monitoramento dos riscos deverá ser feito de forma contínua e independente pela área de Gestão de Riscos, com o objetivo de assegurar a eficácia e adequação dos controles internos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos.

O GRC-AI comunicará, de forma clara e objetiva, a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, de forma a contribuir para o entendimento da situação atual e da eficácia dos planos de ação.

Utilizando como base a priorização de riscos e foco em áreas de maior relevância, os trabalhos são realizados conforme o Plano Anual de Gestão de Riscos, aprovado pelo Head do GRC-AI e pelo Comitê de Auditoria. Os trabalhos de Gestão de Riscos não são limitados apenas ao Plano Anual. Projetos podem ser iniciados após alinhamento formal com as áreas envolvidas, sempre que identificadas necessidades específicas.

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos, é responsável por:

- (a) realizar o planejamento anual de Gestão de Riscos, diagnosticando os riscos em cada unidade de negócio, bem como as ações existentes para redução, recomendando ações corretivas sempre que necessário;
- (b) reportar ao Comitê de Auditoria e Presidente do Conselho de Administração, os riscos mais relevantes e as suas respectivas propostas de mitigação através de controles internos;
- (c) desenvolver e classificar os relatórios de mapeamentos de riscos, de acordo com os níveis definidos na Política de Gestão de Riscos;
- (d) apoiar os gestores na definição de planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação dos planos de ação;
- (e) liderar os trabalhos de Gestão de Riscos para detecção de riscos e para monitoramento da eficácia dos controles internos para mitigar tais riscos;
- (f) gerir e definir a matriz e a metodologia de gestão de riscos da Companhia, considerando aspectos qualitativos e quantitativos;
- (g) garantir a aplicação e manutenção da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
- (h) fornecer ao Comitê de Auditoria informações suficientes e tempestivas referentes ao gerenciamento de riscos, para que esse órgão possa cumprir seu papel adequadamente;
- (i) apoiar a identificação e avaliação dos riscos corporativos da Companhia;
- (j) apoiar a identificação dos proprietários de riscos;
- (k) homologar os planos de ação para mitigação dos riscos das áreas gestoras de negócio;
- (l) definir indicadores de riscos para medir o grau de exposição dos riscos;
- (m) dar suporte aos proprietários de riscos nos processos de monitoramento dos riscos; e
- (n) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na empresa, capacitando e conscientizando os colaboradores sobre os riscos inerentes ao negócio e suas responsabilidades no processo de gestão integrada de riscos.

O Comitê de Auditoria é responsável por aprovar a Política de Gestão de Riscos e o Head do GRC-AI é responsável por aprovar e suas futuras revisões.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada. Adicionalmente, possuímos um Comitê de Governança, Risco e *Compliance* (“Comitê de Auditoria”) instalado, que também supervisiona os riscos de conformidade.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos mercado

Não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adotamos uma Política de Gestão de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020, e revisada em maio de 2021, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados. Entendemos que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, ainda que tenhamos uma abordagem conservadora e baixa complexidade em nossas atividades, e que a nossa Política de Gestão de Riscos é suficiente para a devida avaliação e monitoramento de riscos.

Nossa Política de Gestão de Riscos pode ser acessada no nosso website de relações com investidores: [ri.igua.com.br](http://ri.igua.com.br).

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

### (ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

### (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

### (iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

### (v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não contratamos instrumentos financeiros para fins diversos de proteção patrimonial.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(vii) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**  
**(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Implementamos e mantemos práticas e atividades de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e atividades de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos disposto a incorrer na busca de retorno e geração de valor.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nossa área de Controles Internos e nosso Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Em abril de 2021, foi estruturada a área de Controles Internos, com foco na gestão dos controles internos, possuindo ainda um Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê de Auditoria”) de caráter independente, consultivo e permanente, de assessoramento do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de caráter independente, consultivo e permanente, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração da Companhia no desempenho de suas atribuições relacionadas a auditoria, controles internos, governança corporativa, gerenciamento de riscos e de práticas de anticorrupção.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- (a) Propor ao Conselho de Administração eventuais melhorias das práticas de auditoria, controles internos, governança corporativa, do código de conduta e da política de partes relacionadas da Companhia;
- (b) Supervisionar a contínua aderência às exigências legais, estatutárias e regulatórias de mercado e às práticas de governança corporativa formalmente adotadas pela Companhia;
- (c) Avaliar os processos de supervisão, monitoramento e gerenciamento de riscos da Companhia;
- (d) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) Reportar as atividades deste Comitê nas reuniões Conselho de Administração;
- (f) Realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação;
- (g) Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

(h) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas e relatório da administração, bem como o relatório dos auditores independentes previamente à divulgação, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;

(i) Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas internas (incluindo a política de transações com partes relacionadas), práticas e procedimentos da Companhia;

(j) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(k) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria tem por finalidade acompanhar: (i) o funcionamento de todo o sistema de governança corporativa da Companhia, contribuindo para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais de governança corporativa aplicáveis, podendo propor melhorias no sistema de governança corporativa da Companhia; (ii) o gerenciamento integrado dos riscos da Companhia, de forma a contribuir para a boa gestão dos recursos, a proteção e valorização do seu patrimônio; (iii) as práticas de prevenção e o combate a atos de corrupção, por meio da observância irrestrita da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), verificando as regras e princípios de conduta aplicáveis a todos os seus colaboradores e parceiros no desempenho de suas funções ou na prestação de serviços à Iguá, com o propósito de prevenir a ocorrência de quaisquer atos de corrupção; e (iv) o sistema de controles internos e a auditoria independente da Companhia, no sentido de verificar sua efetividade.

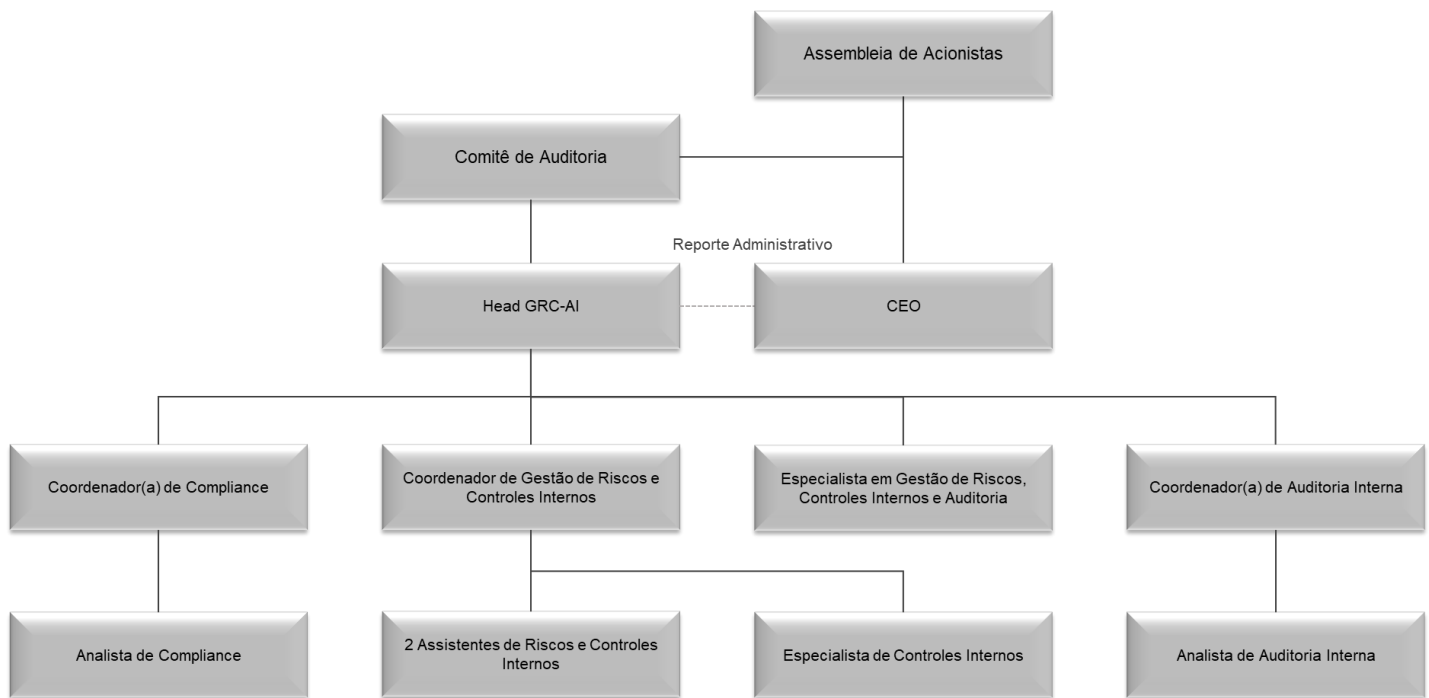
A área de Gestão de Riscos tem como reporte direto o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, reportando-se administrativamente ao CEO.

O *head* de Gestão de Riscos é responsável por controlar a área de *Compliance*, Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, incluindo a gestão do Canal de Denúncias, sendo essas áreas independentes em sua forma de atuação e reporte.

A área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

As áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna possuem a função auxiliar a Companhia a alcançar seus objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



**(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, a área de Controle Interno e o Comitê de Auditoria, serão responsáveis por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, gerenciadas pelo *head* de GRC-AI.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Para o exercício findo de 2020, o auditor independente avaliou a estrutura de controle interno sobre a preparação de demonstrações financeiras porém, não expressou opinião sobre a eficácia de estrutura de controle interno da Companhia:

Foram identificados deficiências significativas, deficiências de controle interno e oportunidades de melhorias dos seus processos internos e operações das quais podemos citar:

- *Fragilidade no processo de cadastro/efetivação do reajuste tarifário que inclui parametrização sistêmica sem revisão e/ou processo formal de revisão*

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No processo de revisão de reajuste tarifário, foi apontado a falta de procedimento padronizado e formalmente estabelecido para apuração, registro e revisão do reajuste.

Foi desenvolvido e divulgado à Companhia em outubro/2021 o Procedimento para reajustes contratuais de concessão com as diretrizes sobre o processo de reajuste tarifário. Neste documento está englobado as atribuições e responsabilidade dos envolvidos no processo bem como padronizar as atividades desde o cálculo do reajuste tarifário, validações necessárias, registro sistêmico e retenção de documentações suporte e evidências de formalização do processo.

- *Definir e formalizar Política de Provisão para Devedores Duvidosos (PECLD - Estorno da Receita) (ponto recorrente).*

No processo de revisão de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), foi apontado a falta de política formal para padronização do processo no que tange a extração de relatórios e forma de apuração da provisão.

Com o acompanhamento da Auditoria Interna foi desenvolvido e está em processo de divulgação à Companhia a Política de Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) e parcelamentos para o Grupo Igua. Este documento possui as diretrizes gerais que tratam da extração de relatórios suporte para cálculo da provisão bem como o processo de apuração da provisão.

*Aprimorar o controle de movimentações de capital em empresas do Grupo que não são refletidas tempestivamente no processo de fechamento contábil*

No processo de movimentação de capital foi identificado falta dos registros exatos e atualizados das transações de capital, podendo haver discrepância não resolvidas em participações individuais.

Para o endereçamento deste ponto fora criado uma pasta compartilhada entre as áreas envolvidas ( Controladoria, Jurídico e Contabilidade) no processo de movimentação de capital de forma que as informações sejam comunicadas tempestivamente. A área Jurídica é responsável por inserir a ata sobre movimentações de capital, a Contabilidade realiza o registro no ERP da Companhia e a Controladoria realiza o controle dessas movimentações.

- Ausência de controle de manutenção de contas de acesso oriundas de transferências

Durante o entendimento do processo de TI, foi identificado a ausência de controle periódico de revisão de acesso de usuários ativos e perfis de acesso das aplicações.

Será implantado de uma ferramenta de IAM (Identity Access Management), estruturando um processo automatizado para controle de “contratação, transferência e desligamentos”, garantindo a correta concessão e revogação dos acessos, workflow de aprovação baseado em perfis e seus proprietários, assim como campanhas de revisão periódica. Esta iniciativa faz parte da 3ª fase do Plano Diretor de Segurança da Informação, no qual há previsão de início da implantação em agosto/2022.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- *Fragilidade no controle de concessão de acessos*

No decorrer da análise do ambiente de tecnologia, observou-se a inexistência da política de concessão de novos acessos.

Será implantado de uma ferramenta de IAM (Identity Access Management), estruturando um processo automatizado para controle de “contratação, transferência e desligamentos”, garantindo a correta concessão e revogação dos acessos, workflow de aprovação baseado em perfis e seus proprietários, assim como campanhas de revisão periódica. Esta iniciativa faz parte da 3ª fase do Plano Diretor de Segurança da Informação, no qual há previsão de início da implantação em agosto/2022.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

As deficiências e recomendações identificadas pelos auditores independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram consideradas significativas, por nossa Administração, a ponto de gerar impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras.

Os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes e as medidas corretivas implantadas e a implantar estão registrados ao longo do próprio item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**  
**a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de integridade destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem normativos internos de prevenção, são eles: nosso Código de Conduta, Política de Relacionamento com o Poder Público, Política Anticorrupção e Antissuborno, Política de Relacionamento com Terceiros, Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Pessoas Politicamente Expostas, Política de Fusões, Aquisições e Outras Operações Societárias, Política Auditoria Interna, Política de Doações e Patrocínios, Política de Oferta e Recebimento de Presentes, Brindes e Hospitalidades, , Política Antitruste, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Política de Medidas Disciplinares. Tais políticas são periodicamente revisadas para garantir a adequação às normas aplicáveis e aderência às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, possuímos atividades de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O gerenciamento de riscos, as políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados por nós, abaixo destacados, são reavaliados e ajustados periodicamente sempre que ocorrem mudanças significativas na nossa estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios, ou na regulamentação aplicável.

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a revisão do nosso Código de Conduta. Entre os mecanismos existentes para garantir a sua aplicação e efetividade, temos nosso Canal de Denúncias, onde podem ser denunciadas potenciais irregularidades ou violações ao nosso Código de Conduta, as investigações serão realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou à legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, serão passíveis de penalidades, conforme nossa Política de Medidas Disciplinares, podendo ocasionar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii)

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

Ademais, todos os nossos colaboradores devem firmar o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão anexo ao Código de Conduta, comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Conduta. Além disso, possuímos um Questionário de Integridade, aplicado a todos os colaboradores, com o objetivo de mapear, analisar e monitorar potenciais conflitos de interesses, PEP, pessoas que possuem interação com órgãos públicos e relacionamento com Partes Relacionadas.

Como forma de prevenção temos a realização de treinamentos, por meio físicos ou virtuais, aplicados a todos os níveis e colaboradores da Companhia e ações de conscientização que abordam os temas do nosso Código de Ética e demais políticas da área.

Por fim, temos o “Canal de Denúncias do Grupo Iguá” para detectar fraudes e atos ilícitos praticados por nossos colaboradores, fornecedores e terceiros com os quais nos relacionamos. O canal garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade das pessoas envolvidas, internas ou externas, e colabora para promover um ambiente melhor para todos.

**ii as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Nosso Departamento de *Compliance*, é gerido administrativamente pelo CEO, mas reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria. O Departamento de *Compliance* é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade estabelecidos no Código de Conduta.

Conforme nossas políticas e documentos societários, a criação de nosso Departamento de *Compliance* não necessitou de uma aprovação formal ou implementação de mecanismos próprios de garantia de independências, tendo suas responsabilidades formalizadas em nosso Código de Conduta e Política de Compliance. Apesar de não possuímos mecanismos de garantia de independência formalmente aprovados, a Diretoria avalia, no momento de contratação dos dirigentes, a independência destes para que possam gerir a área de *Compliance* de maneira independente. Ainda, o Departamento de *Compliance* possui um dever de reporte à Diretoria sobre todas as ações que envolvem o Programa de Compliance.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Importante ressaltar que a área de auditoria interna possui (i) suas atividades reportadas ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria diretamente; (ii) atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria; (iii) estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria; e (iv) responsabilidade para aferir os nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

### **iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando**

Possuímos um Código de Conduta, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020. O Código de Conduta será revisado anualmente ou sempre que for necessário, conforme avaliado pela nossa administração, sendo que qualquer modificação no documento deverá ser aprovada formalmente pelo Conselho de Administração.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Os princípios e diretrizes do Código de Conduta devem ser difundidos entre todos os conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição), clientes, fornecedores e parceiros de negócio

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Código de Conduta estabelece que devemos propiciar treinamentos periódicos a todos os nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

Anualmente são realizados treinamentos formais, com o intuito de treinar e educar todos os colaboradores sobre o tema Código de Conduta. Estes treinamentos são desenvolvidos pelo Departamento de *Compliance*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou à legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, serão passíveis de penalidades, conforme nossa Política de Medidas Disciplinares, podendo ocasionar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv)



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi formalmente aprovado em 31 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website <https://www.igua.com.br/etica-e-conduta> e <http://ri.igua.com.br/>.

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo**

Possuímos o “Canal de Denúncias do Grupo Iguá” para o envio de denúncias em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável. O Canal de Denúncias do Grupo Iguá entrou em vigor em 18 de junho de 2018.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno e operacionalizado por um terceiro garantindo a imparcialidade e independência, e nosso Código de Conduta estabelece que eventuais investigações devem ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos conselheiros, diretores e demais colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários, independente do seu cargo ou posição) quanto por nossos fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais, clientes e público externo, pelos seguintes meios: (i) <https://www.canaldedenuncia.com.br/igua/> (ii) telefone: 0800 721 0784.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias, garante o sigilo e confidencialidade das informações, preservando a identidade das pessoas envolvidas, internas e externas. Os colaboradores que se manifestarem por meio do Canal de Denúncias não poderão sofrer punição ou retaliação de qualquer natureza, por informações fornecidas de boa-fé sobre suspeitas de comportamento inadequado ou contrário ao Código de Conduta do Grupo Iguá e demais normativos internos. O canal garante a possibilidade de envio de dúvidas, sugestões ou eventuais denúncias de forma anônima.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

O Grupo, as Pessoas Vinculadas e/ou demais pessoas que estiverem envolvidas na operação societária devem:

- (i) observar o período no qual devem abster-se de negociar valores mobiliários de nossa emissão;
- (ii) assegurar que seus contratos comerciais não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas;
- (iii) caso a potencial operação envolva outra companhia aberta, analisar se existe a necessidade/obrigatoriedade de uma oferta pública para a aquisição de todas as demais participações societárias de emissão da empresa-alvo;
- (iv) respeitar as disposições na Política de Transação com Partes Relacionadas, caso a transação envolva Partes Relacionadas; e
- (v) analisar a necessidade de aprofundar análises e/ou estudos para confirmar a existência ou não de conflito de interesses de determinada Pessoa Vinculada e/ou de outras pessoas que tiverem conhecimento de tratativas envolvendo operações societárias, em razão do cargo ou posição que ocupam, inclusive terceiros. Caso seja identificado conflito de interesse, recomenda-se que a pessoa não seja envolvida em questões relacionadas à operação e/ou que sejam criados mecanismos que assegurem que a referida pessoa não terá qualquer influência sobre as decisões a serem tomadas no curso da operação.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Este item não é aplicável, considerando que não houve alterações significativas nos riscos identificados por nós.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e*****Gerenciamento de Riscos de Mercado***

Apesar de não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado, apresentamos abaixo os procedimentos adotados para a correta avaliação e monitoramento de riscos de mercado.

Segundo avaliação da nossa Companhia, nosso resultado operacional pode ser afetado por mudanças macroeconômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial. Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- (i) Risco de Crédito: decorrente de crédito de contas a receber (crédito a clientes e saldos com Partes Relacionadas) e de contrapartes em nossas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras). O risco de crédito pode ter diversas origens, a depender do perfil da contraparte, e pode ser mitigado através da exigência de garantias bilaterais nos contratos. O risco de crédito costuma nascer do risco de mercado mal gerenciado, principalmente se determinada contraparte possui apetite ao risco incompatível com sua capacidade financeira.;
- (ii) Risco de Liquidez: consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de nossos direitos e obrigações;
- (iii) Risco de Taxa de Juros: O risco de taxa de juro pode ser definido como o efeito de mudanças nas taxas de juros no valor de um único ativo, no valor do "portfólios" de ativos ou na diferença entre os valores de um portfólios" de ativos e o "portfólios" de passivos que lastreiam os ativos e, por último, obviamente, na diferença representada pelo patrimônio líquido. Este risco é decorrente dos nossos contratos de financiamento e empréstimos e debêntures, bem como outros recebíveis e obrigações futuras; e
- (ii) Inflação e Indexadores: pode ser decorrente de diversas situações, como a correção dos contratos de concessão e recebíveis que regem o nosso faturamento, contratos com fornecedores, dívidas e investimentos.

O objetivo da nossa Política de Gestão de Riscos é entender, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis, orientando os processos de identificação, avaliação, resposta, tratamento e monitoramento dos riscos do ambiente corporativo, possibilitando a prevenção de seus impactos nas estratégias de negócio da Companhia. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Além disso, adotamos medidas específicas para gestão de risco de liquidez e gestão de risco de crédito das nossas contrapartes.

Temos como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir exposições relevantes a variáveis de mercado que possam produzir impactos a valor justo. Monitoramos periodicamente possíveis impactos financeiros e contábeis decorrentes de variações de mercado em cenários distintos.

A gestão de risco de mercado é conduzida utilizando-se, mas não se limitando a, diferentes estratégias para mitigação ou transferência de risco: (i) adequação dos indexadores contratuais; (ii) equilíbrio entre nossos ativos e passivos financeiros; (iii) análise de alternativas para precificação dos contratos de fornecedores; e (iv) uso de instrumentos financeiros.

Priorizamos a mitigação de riscos através do equilíbrio de indexadores entre contratos ativos e passivos. Atualmente não temos nenhum instrumento contratado com a intenção específica de proteção patrimonial, mas buscamos ativamente o balanceamento de exposições decorrentes de instrumentos (i) não financeiros; e (ii) financeiros não-derivativos.

Ademais, também não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, não possuímos nenhum contrato derivativo vigente.

Por fim, os principais parâmetros que utilizamos para o gerenciamento dos riscos de mercado são:

- (i) Risco de Crédito: os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua pulverização. Para as operações financeiras, possuímos diretrizes definidas de diversificação e limites rígidos de exposição por contraparte, baseados em *ratings* das agências classificadoras e no patrimônio líquido de cada instituição.
- (ii) Risco de Liquidez: para gerenciamento do risco de liquidez, estruturamos os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos em conformidade com o cronograma de pagamentos, monitorando os prazos de liquidação dos direitos e obrigações de modo a não afetar a liquidez. O acompanhamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos. Também estabelecemos diretrizes internas de caixa mínimo para minimizar riscos relacionados a cenários improváveis.
- (iii) Risco de Taxa de Juros, Inflação e Indexadores: para o gerenciamento das flutuações nas taxas de juros, inflação e indexadores e câmbio, utilizamos modelos de projeção de diferentes cenários para determinar possíveis impactos para nós.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

Possuímos uma área específica de Gestão de Riscos, que tem o objetivo de gerenciar e controlar a Companhia em relação a potenciais ameaças, seja qual for a sua manifestação e origem, implicando no planejamento e uso dos recursos financeiros, materiais e humanos, para minimizar ou tratar os riscos, conseguindo assim monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

***Criação da Comissão Especial de Investigação para a investigação interna em decorrência da Companhia ter sido controlada pela Galvão Participações S.A., que possui empresas que vêm sendo investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato***

Com o objetivo de avaliar o risco decorrente da investigação interna em razão da Companhia ter sido controlada pela Galvão Participações S.A., que possui empresas que vêm sendo investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato, foi formada pelo Comitê de Auditoria da Companhia a Comissão Especial de Investigação para acompanhar e suportar os trabalhos de investigação liderados pelas empresas independentes ICTS Global Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda. (ICTS) e Barbosa, Pontes e Gaertner Advogados (BPGA). A Comissão Especial de Investigação é composta pelo presidente do Comitê de Auditoria e por outros membros do referido comitê, bem como pelo Management da Companhia (head de *compliance*).

As investigações internas tiveram como foco a coleta de informações a respeito da natureza, extensão e impacto de possíveis atos ilegais na CAB Ambiental (Iguá Saneamento) ou em seu benefício, bem como para investigar fatos relacionados e circunstâncias que podem ter impacto significativo em nossa reputação, nossos negócios e resultados operacionais.

Diante dos resultados da investigação, e consonante com as conclusões de investigações anteriores realizadas pela Companhia, foi considerada pelo BPGA, levando em conta, inclusive, a auditoria forense realizada pelo ICTS, e ratificada pela Comissão Especial de Investigação remota a possibilidade de que eventuais consequências ou responsabilizações civis e/ou administrativas (relacionadas aos fatos objeto de investigação) levem à nulidade de contratos ou sejam superiores aos valores já provisionados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias por conta de tais eventos, e/ou sejam superiores aos ativos regulatórios que a Companhia possui e que ainda não foram convertidos em receita ou ativos financeiros ou intangíveis, e, portanto, também remota a possibilidade de que tenham impacto material negativo nas demonstrações financeiras relacionadas às seguintes controladas da Companhia : (i) Paranaguá Saneamento S.A.; (ii) Águas Cuiabá S.A.; e (iii) Agreste Saneamento S.A.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para: (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AV" e "AH" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal", respectivamente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

### **(a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Nossas atividades têm como objetivo a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, sempre com foco nas necessidades do cliente e no desenvolvimento sustentável das cidades onde atuamos. Todo esse esforço nos impulsionou para uma das maiores conquistas da Iguá até o momento: ter ganhado um dos blocos do leilão promovido pela CEDAE, para iniciar a operação do saneamento de parte da cidade do Rio de Janeiro, e das cidades Paty do Alferes e Miguel Pereira, em fevereiro de 2022.

Estamos presentes em 39 municípios com o objetivo único de levar saneamento às populações atendidas e ajudar o país a alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com 15 concessões e 3 parcerias público-privadas (PPPs), nossa infraestrutura conta 4,1 mil km de rede de coleta de esgoto, 6 mil km de rede de distribuição de água e estamos inseridos na vida de mais de 7 milhões de pessoas que compõem comunidades dos mais diferentes portes. Tal condição nos dá conhecimento sobre distintas realidades do saneamento nopaís e nos credencia a superar os mais diversos desafios técnicos e operacionais.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios.

Em continuidade ao desenvolvimento das operações da Companhia, em 2021 fomos capazes de demonstrar uma sólida evolução operacional marcada por conquistas importantes, beneficiando diretamente a população atendida por nós e o meio ambiente.

Em 2021 foram realizados investimentos de R\$468 milhões em novos ativos e melhorias, dentre as quais:

Melhorias e expansão do sistema de esgotamento sanitário:

- ✓ Mais de 214km de redes coletoras de esgoto implantadas;
- ✓ Mais de 17 mil ligações;
- ✓ 38 mil novas economias de esgoto.

Melhorias e expansão do sistema de abastecimento e distribuição de água:

- ✓ Mais de 72km de redes de distribuição de água;
- ✓ Mais de 11 mil ligações;
- ✓ 12 mil novas economias de água

A seguir, apresentamos as operações em que atuamos em 2021 e os principais investimentos realizados em cada uma delas.

Agreste (AL)

- ✓ Recuperação estrutural da ETA Morro do Gaia;
- ✓ Recuperação civil e estrutural da EEAT Campo Grande;
- ✓ Recuperação civil do Booster e da Captação;
- ✓ Recuperação civil na ETA Arapiraca;
- ✓ Construção da terceira baia de resíduos na ETA Morro do Gaia: a intervenção tem como intuito a melhoria na operacionalidade da ETA, reduzindo o tempo de permanência do lodo nas instalações;
- ✓ Adequações na casa de polímeros;
- ✓ Recuperação estrutural das caixas de passagem;
- ✓ Travessia do Sistema Coletor do Agreste 400mm;
- ✓ Recuperação civil da ETA Morro do Gaia;
- ✓ Substituição de 5.525 hidrômetros.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Alta Floresta (MT)**

- ✓ Implantação de aeradores nas lagoas existentes e melhorias no pré-tratamento e infraestrutura elétrica da ETE com automação com o CCO;
- ✓ Implantação do reservatório flexível para o plano de estiagem (capacidade 800m³);
- ✓ Fabricação de novo reservatório de água potável em chapa de aço vitrificado e preparação da fundação para a implantação do RAP Escritório (CR02) – capacidade 1.000m³;
- ✓ Implantação de 2km do coletor de esgoto de DN 400mm;
- ✓ Reforço da Adutora Ariosto Riva;
- ✓ Dragagem de lodo de lagoa anaeróbia e desaguamento por meio de filtro drenante (bag);
- ✓ Execução de 350m de rede de distribuição, 691 ligações e 691 novas economias de água;
- ✓ Execução de 115 ligações e 115 novas economias de esgoto

**Pontes e Lacerda (MT)**

- ✓ Fabricação e preparação para implantação do Reservatório Serra – capacidade 2.000m³
- ✓ Implantação de aeradores nas lagoas existentes e melhorias no pré-tratamento da ETE e infraestrutura elétrica;
- ✓ Execução de 560m de rede de distribuição, 552 ligações e 549 novas economias de água;
- ✓ Execução de 364m de rede coletora, 364 ligações e 360 novas economias de esgoto.

**Colíder (MT)**

- ✓ Intervenções gerais na barragem Carapá e recuperação da barragem Esperança;
- ✓ Dragagem de lodo das lagoas;
- ✓ Melhorias e automação das ETAs - Substituição de chicanas dos floculadores, intervenções nos decantadores e filtros, instalação de novo painel, integração dos inversores e macromedidores e sistema supervisório (SCADA);
- ✓ Implantação de aeradores nas lagoas da ETE Colíder;
- ✓ Execução de 72m de rede de distribuição, 176 ligações e 176 novas economias de água;
- ✓ Execução de 42 novas ligações e 59 novas economias de esgoto

**Canarana (MT)**

- ✓ Fabricação de novo reservatório de água tratada em chapas de aço vitrificado e preparação para implantação do RAP Av. Goiás (capacidade 1.000m³);
- ✓ Adequações nos sistemas de tratamento (decantador, floculador, filtros e calha Parshall);
- ✓ Automação no SAA – Instalação de novo painel com integração ao CLP, sistema supervisório (SCADA) e painéis de telemetria para os pontos de pressão;
- ✓ Implantação de 1km de rede de distribuição, 381 ligações e 381 novas economias de água.

**Comodo(MT)**

- ✓ Automação no SAA – Instalação de novo painel elétrico com inversor, integração com CLP, sistema supervisório e painéis de telemetria;
- ✓ Implantação de 204m de rede de distribuição, 126 ligações e 126 novas economias de água

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Cuiabá (MT)**

- ✓ Implantação da ETE Lipa (vazão de 260l/s);
- ✓ Inauguração da nova loja de atendimento no Centro;
- ✓ Implantação de 170km de rede coletora, 10 mil novas ligações e 29 mil novas economias de esgoto, incluindo os sistemas Lipa, Dom Aquino e Tijucal;
- ✓ Implantação de 12 novas EEEs nos SES Dom Aquino e Tijucal, e desativação de 4 (Brezeeng Housing, São João Del Rey, Rios e Tijucal);
- ✓ Implantação de 5,5km de coletores e interceptores do SES Lipa;
- ✓ Implantação de 29km de rede de distribuição, 4 mil novas ligações e 5 mil novas economias de água;
- ✓ Troca sistemática de 20 mil hidrômetros;
- ✓ Sistema de Tratamento de Lodo e Recuperação de Água de Lavagem (SRAL) da ETA Sul – Vazão da ETA: 750l/s;
- ✓ Sistema de Tratamento de Lodo e Recuperação de Água de Lavagem (SRAL) da ETA Guia – Vazão da ETA: 6,5l/s;
- ✓ Melhorias nos SES Sul, Dom Aquino e Tijucal;
- ✓ Implantação de automação para VRP (Válvula Redutora de Pressão) e dosagem de flúor;
- ✓ Implantação da EEAT Altos da Serra (1.250l/s);
- ✓ Implantação do RAP (300 m³) e ERAT (6l/s) Aguaçu.

**Atibaia (SP)**

- ✓ Avanços na ampliação da ETE Estoril de 200l/s para 300l/s;
- ✓ Execução de 14km de rede coletora e 720 novas ligações de esgoto;
- ✓ Conclusão da montagem do filtro biológico percolador e aspersores da ETE Caetetuba;
- ✓ Conclusão da EEE Final (210l/s) e EEE Santo Antônio (9l/s) – SES Caetetuba.

**Andradina (SP)**

- ✓ Reforço de redes para melhoria na distribuição de água e implantação de crescimento vegetativo, totalizando 11km de rede de distribuição, 453 ligações e 241 novas economias de água;
- ✓ Implantação de 3 reservatórios flexíveis – (Jardim Europa 500m³ e ERAT, Jardim das Águas 500m³ e Mineira 350m³);
- ✓ Setorização do sistema: execução de instalações de válvulas de gaveta em ferro fundido, DN50, DN100, DN150 e DN200 mm, totalizando 76 pontos;
- ✓ Adequações e melhorias na captação: execução de manutenção de poços tubulares profundos, incluindo serviços de filmagem e limpeza dos poços e pescaria de bombas (Poços: JBC, Quinta dos Castanheira, Brahma, Pereira Barreto, Interno Mineira e Central);
- ✓ Implantação de 1km de rede coletora, 435 ligações e 741 novas economias de esgoto.

**Castilho (SP)**

- ✓ Execução das redes de abastecimento entre os bairros Caminhos das Águas e Hosoume, totalizando 278 metros de rede de distribuição, 200 ligações e 212 novas economias de água;
- ✓ Execução de 377m de rede coletora, 74 ligações e 186 novas economias de esgoto.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ESAP (SP)**

- ✓ Reforma, revitalização e reativação de reservatório do sistema Bento Ferraz;
- ✓ Translado, reforma, revitalização e reativação de reservatório do sistema Nova Palestina para o sistema Cohab;
- ✓ Implantação de planta de remoção de nitrato;
- ✓ Implantação de 521m de rede de distribuição, 147 ligações e 115 novas economias de água;
- ✓ Implantação de 1km de rede coletora, 138 ligações e 234 novas economias de esgoto.

**Piquete (SP)**

- ✓ Investimentos em ações de crescimento vegetativo de rede coletora e ligações de esgoto e melhorias pontuais nas estruturas;
- ✓ Instalação de impermeabilização com revestimento laminado flexível de PVC no reservatório de água de lavagem da ETA da Tabuleta;
- ✓ Recebimento de todo o material para a substituição do trecho da adutora ETA Reservatório Central;
- ✓ Implantação de 48 ligações e 48 novas economias de água;
- ✓ Implantação de 6 ligações e 6 novas economias de esgoto.

**Guaratinguetá (SP)<sup>1</sup>**

Investimentos basicamente em ações de crescimento vegetativo de rede coletora e ligações de esgoto e melhorias pontuais nas estruturas

- ✓ 245 novas ligações de esgoto;
- ✓ 100m de rede coletora de esgoto na Av. Olyntho Antunes de Oliveira – Jd. Bela Vista;
- ✓ 150m de rede coletora de esgoto na Rua José Sebe – Beira Rio I.

**Sanessol (SP)**

- ✓ Execução de 3,5km de redes de distribuição de água, 1 mil novas ligações e 1 mil novas economias de água;
- ✓ Substituição e ampliação do reservatório do distrito de Ruilândia de 15m<sup>3</sup> para 65m<sup>3</sup>;
- ✓ Remoção e limpeza manual de cada módulo de membranas da ETE Fartura;
- ✓ Execução de 174m de rede coletora, 965 ligações e 1 mil novas economias de esgoto.

**SPAT (SP)**

- ✓ Subestação principal Taiaçupeba - Projeto e execução da substituição de todos os relés de proteção de todos os equipamentos de alta tensão da Subestação Principal (Fase 83 PPS), com fornecimento de cabos e painéis elétricos;
- ✓ Projeto secador de lodo - Aquisição de sistema de lavagem de gases para solucionar problemas de odor gerado no processo de secagem do lodo. Em 2021, foi realizada a entrega de todos os equipamentos e os serviços para construção das bases de concreto, o equipamento será instalado em janeiro de 2022;

<sup>1</sup> Essa concessão operou durante todo o ano de 2021 como operação da Iguá, retornando ao Poder Público em janeiro/2022.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- ✓ Substituição de ativos estratégicos - Aquisição de motor para o booster Ermelino Matarazzo, aquisição de bomba submersível, soft start, medidor de vazão para SADSL e no-break;
- ✓ Filtros - Aquisição de atuadores e válvulas para substituição dos equipamentos existentes nos filtros;
- ✓ Automação - atualização de licença para software de automação utilizado pela Sabesp. Instalação de rádio de comunicação nos decantadores da ETA;
- ✓ Projeto renovação dos contratos - elaboração de projetos básicos para ampliação do Sistema Produtor Alto Tietê que será escopo de obra considerado na proposta técnica da SPAT Saneamento para renovação do contrato com a SABESP. Foram elaborados projetos básicos de adutoras, booster, elevatórias, reservatórios, filtros, EEAB, sistema de dosagem de cal e outras adequações necessárias para a ampliação de vazão da ETA Taiaçupeba de 15m³/s para 17,5m³/s. Também foi elaborado estudo hidrológico para implantação de parque alagável na região da barragem de Ponte Nova, conforme solicitação da SABESP.

**Paranaguá (SC)**

- ✓ Implantação da Estação Elevatória de Esgoto Guarani (vazão 200l/s);
- ✓ Melhorias na ETE Emboguaçu – Reforma de guarda-corpo e manutenção das tubulações;
- ✓ Automação das EEEs do SES Emboguaçu e das comportas da EEE Chumbo;
- ✓ Implantação e substituição de 8km de rede de distribuição para melhoria da qualidade de pressão, implantação de 1 mil ligações e 836 novas economias de água;
- ✓ Perfuração e interligação de dois poços na ETA Colônia – Poço 1 (vazão 25l/s) e Poço 2 (vazão 38,6l/s);
- ✓ Ampliação da vazão da ETA Brasília de 7,5l/s para 15l/s e melhorias na ETA Encantadas - Ilha do Mel;
- ✓ Conclusão dos projetos SES Brasília - Ilha do Mel;
- ✓ Implantação do sistema de água de reuso - ETE Cominese;
- ✓ Substituição das bombas das Elevatórias;
- ✓ Melhorias DMCs 1.2 e 1.4;
- ✓ Implantação de 1km de rede coletora, 2 mil novas ligações e 2 mil novas economias de esgoto.

**Itapoá (SC)**

- ✓ Implantação de 11km de rede de distribuição, 1 mil novas ligações e 1 mil novas economias de água;
- ✓ Projetos executivos para implantação do SES - Projetos executivos das Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) com execução das obras previstas para 2022, sondagem das áreas previstas de implantação das EEEs e ETE compacta da Vila dos Pescadores, projetos executivos da 1ª e 2ª etapas de implantação das Redes Coletoras de Esgoto de Itapoá, estudos ambientais (EIA/RIMA) e licenciamento da ETE Itapoá;
- ✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) ETA 2 - O PRAD ETA 2 consistiu inicialmente na remoção de lodo do fundo das lagoas conforme solicitado pelo órgão ambiental (IMASC). Na sequência, foi elaborada uma investigação detalhada do passivo ambiental, que consistiu em ensaios geotécnicos e determinação de mapa potenciométrico da área de influência, comparativo dos resultados de análise de água com os valores do CONAMA, laudo de caracterização do lodo e conclusões dos estudos para nova análise do órgão ambiental.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Tubarão (SC)**

- ✓ Implantação de 26km de rede coletora, 2 mil novas ligações e 4 mil novas economias de esgoto;
- ✓ Execução da EEE Barbacena (vazão 21,69l/s);
- ✓ Reforma e modernização do decantador 01 da ETA (instalação do raspador de fundo, execução de furos para tubos coletores, instalação de dutos de distribuição, instalação das placas de decantação e instalação de adufas e válvulas);
- ✓ Implantação de 6km redes de distribuição, 1 mil novas ligações e 1 mil novas economias de água;
- ✓ Troca de mais de 4.400 hidrômetros;
- ✓ Implantação da Linha de Recalque da EEE Santos Dumont (4,5km);

No 1º trimestre de 2022 também foram realizados os primeiros investimentos na operação do Rio de Janeiro, em função do início da fase operacional.

**Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes (RJ)**

- ✓ Foram realizados R\$ 29,7 milhões de investimentos;
- ✓ Concluídas a implantação das sedes administrativas em Paty do Alferes, Miguel Pereira e no Rio de Janeiro (ETE Barra);
- ✓ Implantação do Centro de Controle Operacional;
- ✓ Desativação da Unidade de Tratamento de Resíduos de Arroio Fundo;
- ✓ Reforma e implantação de geradores nas elevatórias e para a recuperação das margens da Lagoa do Camorim.

Continuamos também buscando melhoria contínua em nossos processos de gestão e valorizando soluções inovadoras para levar o atendimento aos clientes a um novo patamar. Por exemplo:

- No segundo semestre de 2019 para implementação em 2020, foi realizada a segunda edição do Iguá Lab, uma iniciativa inovadora em busca de startups com soluções para o saneamento. O Iguá Lab foi eleito a ideia mais inovadora do ano de 2018 no PPP Awards, o mais relevante prêmio de Parcerias Público-Privadas (PPP) do país.
- Reforçando a preocupação em priorizar, melhorar o atendimento e simplificar a vida do cliente, foi lançada a plataforma Digi Iguá, uma plataforma digital de atendimento que oferece facilidade e comodidade para os clientes.
- As nossas lojas físicas passaram, no ano passado, a contar com máquinas de cartões ampliando a possibilidade de pagamento de faturas.

As informações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refletem a continuidade desta fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro. A dívida bruta da Companhia apresentou um crescimento ao longo do tempo, de R\$1.773,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.011,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 (crescimento total de 182,5% neste período), como reflexo da retomada dos investimentos nas concessões, e a dívida líquida - incluindo não consolidadas - da Companhia totalizou R\$4,4 bilhões, um aumento de 255,2% ou R\$3,1 bilhões na comparação com o mesmo período do ano anterior, em função

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

principalmente de captação de novas debêntures para financiamento do pagamento de outorga da Iguá Rio de Janeiro. Ainda que referidas captações tenham ocorrido em 2021 é importante notar que até fevereiro de 2022 a Iguá Rio de Janeiro encontrava-se em fase de Operação Assistida, período no qual as receitas continuaram sendo auferidas pela CEDAE, e consequentemente não gerando incremento de Ebitda para a Iguá no exercício. O índice de alavancagem da Companhia, medido pela dívida líquida (considerando ativos não consolidados) dividido pelo EBITDA Ajustado, foi de 14,4x no exercício de 2021 e de 3,9x em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das referidas captações que se fizeram necessárias para cumprimento de obrigações com o Poder Concedente da operação no Rio de Janeiro.

Os índices de liquidez corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2021 de 0,63, em 31 de dezembro de 2020 de 2,39, e em 31 de dezembro de 2019 de 1,41.

Além disso, tivemos como destaque em julho de 2020, a conclusão da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, no valor total de R\$620.486 mil reais e com vencimento em 15 de julho de 2034. Os recursos captados representam um importante passo no financiamento dos projetos da Companhia e serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

**(b) estrutura de capital**

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A predominância do capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da sua opção por empregar recursos de terceiros no financiamento do seu crescimento, de forma a maximizar o seu valor, considerando as atraentes condições de financiamento existentes no mercado.

A tabela abaixo descreve a distinção entre capital próprio e de terceiros nos períodos indicados:

<i>(Em milhares de R\$, exceto %)</i>	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	7.945.426	2.123.857	1.685.617
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.888.432	809.923	837.161
Capital Total (terceiros + próprio)	10.833.858	2.933.780	2.522.778
Parcela de capital de terceiros <sup>2</sup>	73,34%	72,39%	66,80%
Parcela de capital de próprio <sup>3</sup>	26,66%	27,61%	33,20%

<sup>2</sup> A parcela capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

<sup>3</sup> A parcela capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

### **(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A administração da Companhia entende que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros.

A Companhia encerrou o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 com 97% da sua dívida bruta, ou seja, empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo não circulante em longo prazo. Para mais informações sobre a dívida bruta da Companhia, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Na mesma data a Companhia apresentava R\$639 milhões em caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados e outros ativos financeiros em seu ativo circulante. Este número representa quase três vezes o montante dos compromissos financeiros de curto prazo (empréstimos e financiamentos e debêntures) no passivo circulante.

A administração da Companhia avalia constantemente a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

### **(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Desde a nossa constituição, utilizamos a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de nossos acionistas, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendemos apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos para realização de nossos investimentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras assumidas perante terceiros.

Dada a relevância do saneamento para a sociedade e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida da população, o setor historicamente conta com fontes de financiamento diferenciadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Em especial, a Caixa Econômica Federal, atuando como agente repassador dos recursos do FGTS destinados ao programa Saneamento para Todos, bem como o BNDES, através de suas linhas de financiamento de projetos, tem papel destacado no

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financiamento de novos investimentos. A Companhia tem utilizado tais alternativas, sendo que as operações das suas subsidiárias Agreste Saneamento, Águas de Colíder, Águas de Pontes e Lacerda, Águas de Alta Floresta e Atibaia Saneamento utilizaram como alternativa de financiamento, empréstimo sob o programa Saneamento para Todos<sup>4</sup>, e destas apenas Agreste Saneamento ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020 e Atibaia Saneamento assinou o contrato em novembro de 2020 e terá o primeiro desembolso de recursos em 2021. As operações de suas subsidiárias de Águas de Cuiabá, Paranaguá Saneamento, Spat Saneamento, Sanessol Saneamento, Guaratinguetá Saneamento, utilizaram linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, sendo que todas ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020. Detalhes das linhas mencionadas podem ser encontrados na seção 10.1 (f) abaixo.

Além disso, a Companhia desenvolveu relacionamento com diversas instituições financeiras que vem suportando as demandas de financiamentos para capital de giro e/ou financiamentos, ainda que por prazos mais curtos do que os providos pelas instituições públicas. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os saldos em aberto em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) era de R\$5.011,2 milhões, R\$1.773,8 milhões e R\$1.338,2 milhões, respectivamente. Como estratégia de diversificação das fontes de financiamento, também utilizamos emissões de debêntures como alternativa de captação de recursos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem debêntures em aberto emitidas pelas suas subsidiárias Águas de Cuiabá e Paranaguá Saneamento, além da 3ª, 4ª e 5ª séries emitidas pela Companhia.

### **(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Pretendemos manter nossa estratégia de combinação entre capital próprio e de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendermos apropriado, poderemos nos capitalizar, seja por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures contratados com terceiros, seja por meio de emissão de novas ações. A Companhia está constantemente avaliando as melhores alternativas de captações no mercado, tanto local quanto internacional, sendo que, até a presente data, a Companhia não acessou o mercado internacional.

### **(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

#### **i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento da Companhia é composto, principalmente, pelo mercado de capitais, por meio das debêntures, as quais representaram, em 2020, 56% do total do

---

<sup>4</sup> O Programa Saneamento para Todos, instituído pela Resolução 476, de 31 de maio de 2005, objetiva promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano com outras políticas setoriais, com vista ao aumento da cobertura dos serviços de saneamento básico, incluídos os serviços de resíduos sólidos. Este programa foi regulamentado pela Instrução Normativa 23, de 23 de julho de 2005, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que prevê as regras para o financiamento dos projetos com utilização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

endividamento da Companhia. Os montantes captados tem o objetivo de viabilizar a execução de contratos de concessão e de parcerias público privadas celebrados entre nós (por meio de nossas controladas) e a administração pública (direta e/ou indireta). Eventualmente, contraímos dívidas caracterizadas como empréstimos ponte junto a bancos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os nossos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) totalizavam R\$5.011,2 milhões, R\$1.773,8 milhões e R\$1.338,2 milhões, respectivamente.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia têm por objetivo (i) ampliação do nível de atendimento aos usuários de seus serviços; (ii) redução de suas perdas operacionais; (iii) ganhos de eficiência e reabilitação dos sistemas de água e esgoto, para garantir a integridade dos mesmos; e (iv) financiar ciclos de investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebradas pela Companhia. Essas medidas ampliam a sua rede de atuação e a interação entre a Companhia e a administração pública (direta ou indireta, conforme o caso). Adicionalmente, a Companhia destina parte destes recursos para aumentar seu volume de capital de giro e também para financiar algumas de suas aquisições.

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os seus recebíveis (tarifas cobradas aos usuários de seus serviços) e repasses recebidos da contraparte das PPPs, penhor de ações de suas controladas, fianças bancárias e avais de acionistas.

### Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia com terceiros, bem como os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Empresa	Credor	Vencimento.	Índice e Taxa de juros (%)	Saldo devedor em (R\$ milhões de Reais)		
				2021	2020	2019
Paranaguá Saneamento	BNDES	mai/22	Subcréditos A: TJLP + 1,4% a.a.	5,0	8,1	9,2
		mai/22	Subcréditos B: TJLP + 1,4% + 1% a.a.			
		dez/24	Subcréditos C: TJLP + 1,4% a.a.			
		dez/24	Subcréditos D: TJLP + 1,4% + 1% a.a.			
SPAT Saneamento	BNDES	jan/24	TJLP + 2,8% a.a.	84,0	119,8	130,0
Iguá Saneamento	Leasing	set/21	CDI + 3,5% a.a	-	0,1	0,2
	ABC	jun/21	CDI + 4,5% a.a	-	30,2	0,0
Sanessol	BNDES	mai/25	Subcréditos A1: TJLP + 1,4% a.a.	3,1	3,9	5,2
		mai/25	Subcréditos A2: TJLP + 1,4% + 1% a.a.			
		mai/20	Subcréditos B1 e C1: TJLP + 1,4% a.a.			
		mai/20	Subcréditos B2 e C2: TJLP + 1,4% + 1% a.a.			
	BB	mai/26	100% CDI + 2,5% a.a	30,4	-	-
	BTG	fev/22	100% CDI + 4,45% a.a	-	9,6	15,4
Guaratinguetá Saneamento	BNDES	fev/27	TJLP + 1,4% a.a	-	5,4	5,6
Águas Cuiabá	BNDES	set/32	Subcrédito A: TJLP + 3,39% a.a	398,9	413,6	385,8
		nov/31	Subcrédito B: IPCA + NTN-B + 3,39% a.a			
Águas Colíder	BTG	fev/22	100% CDI + 4,45% a.a	0,6	3,9	6,2
Águas Alta Floresta	BTG	fev/22	100% CDI + 4,45% a.a	0,8	5,8	9,3
Águas Pontes e Lacerda	BTG	fev/22	100% CDI + 4,45% a.a	0,6	4,3	6,9

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Agreste Saneamento	CEF	jul/35	TR + 6% + 2% + 0,7% a.a	147,2	153,9	155,8
	BNB	out/23	FNE = IPCA + 1,7095% a.a. RECIN = pré fixada 11,75% a.a.	2,5	3,4	-
Águas Comodoro	BTG	fev/22	100% CDI + 4,45% a.a	0,2	1,4	2,3
Atibaia Saneamento	BTG	ago/22	100% CDI + 3,5% a.a	-	-	48,6
	CEF	mar/43	TR + 6% + 2% + 0,9% a.a	50,7	-	-
ESAP	BB	mai/26	100% CDI + 3% a.a	5,1	-	-
Outros	-	-	-	15,2	16,1	11,0
<b>Total</b>	-	-	-	<b>744,3</b>	<b>779,5</b>	<b>791,5</b>
<b>Passivo Circulante</b>	-	-	-	<b>92,4</b>	<b>135,0</b>	<b>121,1</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	-	-	-	<b>651,9</b>	<b>644,5</b>	<b>670,4</b>

**Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes**

Apresentamos abaixo a descrição dos contratos financeiros relevantes da Companhia na data deste Formulário de Referência:

**2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, através de oferta pública com esforços restritos de colocação no montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000.

As debêntures tem vencimento em 31 de julho de 2025.

Possuem remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 3.332,6 milhões.

**5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.**

Em 24 de julho de 2020, a Companhia formalizou o “*Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A.*”, no montante total de R\$620,5 milhões. As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 14 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de julho de 2034.

A taxa incidente na emissão é de IPCA + 6,10% ao ano.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,2x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) 3,8x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (c) 3,5x de 31 de dezembro de 2022 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**  
automático do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 728,6 milhões.

**4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Igua Saneamento S.A.**

Em 29 de abril de 2019 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da quarta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$120,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 84 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de maio de 2026.

A taxa incidente na emissão é de CDI + 3,5% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em suas sociedades investidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 103,1 milhões.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 4,5x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2020: igual ou inferior a 4,2x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2021: igual ou inferior a 3,8x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2022: igual ou inferior a 3,5x;

O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não automático do contrato.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

### **3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples da Igua Saneamento S.A.**

Em 27 de março de 2018 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$70,0 milhões. Em 05 de novembro de 2021, houve a liquidação antecipada dessas debêntures.

### **Contrato de Financiamento BNDES da Águas Cuiabá S.A.**

A Águas Cuiabá S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 26 de agosto de 2014.

Em 14 de dezembro de 2016 foi assinado o Primeiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 11 de janeiro de 2017 foi assinado o Segundo aditivo ao contrato de financiamento. Em 23 de junho de 2017 foi assinado o Terceiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 14 de janeiro de 2018 foi assinado o Quarto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2019, foi assinado o Quinto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2020, foi assinado o Sexto aditivo ao contrato de financiamento. Em 30 de julho de 2020, foi assinado o Sétimo aditivo ao contrato de financiamento.

O valor de principal do Contrato é de R\$327,5 milhões, os recursos são destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no limite territorial urbano no Município de Cuiabá e dos Distritos de Caxipó do Ouro, Guia, Aguaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, divididos nos seguintes subcréditos: (i) Subcrédito “A”: R\$260,5 milhões e (ii) Subcrédito “B”: R\$67 milhões. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxa de Referência divulgada pelo BNDES – que, no caso deste contrato, é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 398,9 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato BNDES Cuiabá é garantido, integralmente: (i) através de 100% das ações da Águas Cuiabá, onde PCT e Companhia são acionistas, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A. ; (ii) cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios emergente do Contrato de Concessão de Cuiabá, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; e (iii) aval solidário da Companhia. Além disso, a Companhia, controladora direta, detém obrigações de aportes de capital no caso da Águas Cuiabá: (i) não comprovar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3; (ii) utilizar recursos oriundos da conta reserva; e (iii) caso a fiança prestada por instituição financeira em substituição à mencionada conta reserva seja executada pelo BNDES e não tenha ocorrido a emissão de nova fiança no prazo e conforme termos estipulados no contrato de cessão fiduciária.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

### 2ª Emissão de Debêntures – Águas Cuiabá

Em 14 de julho de 2020, a Águas Cuiabá realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para colocação privada.

Em 30 de julho de 2020 foi celebrado o primeiro aditamento na escritura de emissão para fins de fixação da remuneração das debêntures.

O valor do principal das debêntures é de R\$ 620.486.000,00 (seiscentos e vinte milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil reais), na data de emissão, atualizado, a partir da primeira data de integralização, pela variação acumulada do IPCA.

Sobre o valor do principal atualizado incidem juros pagos semestralmente da seguinte maneira: 6,10% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois ) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das debêntures ou data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o primeiro dia útil após a data do efetivo pagamento (exclusive). A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2021 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor nominal das debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2023 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

Os recursos desta emissão foram/serão utilizados para (i) o reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de 31 de julho de 2020; ou (ii) pagamento futuro no âmbito do investimento no projeto enquadrado em caráter prioritário, nos termos da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.797, de 27 de novembro de 2019,

As debêntures da Águas Cuiabá são garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de cessão e tem como agente fiduciário a instituição financeira Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, compartilhado com o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 728,6 milhões e por ser com a Iguá Saneamento S.A foi eliminada no saldo consolidado.

### **Contrato de Financiamento e Repasse – Empréstimo CEF Agreste Saneamento**

Em 18 de dezembro de 2013 a Agreste Saneamento celebrou Contrato de Financiamento e Repasse com a Caixa Econômica Federal com objetivo de financiar investimentos voltados à melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande e São Brás, todos do Estado de Alagoas.

O valor de principal do Empréstimo é de R\$146,8 milhões sobre os quais incidem juros equivalentes a 100% da taxa referencial - TR, acrescidos de 6,0% a.a. de taxa de juros, 2,0% a.a. de taxa de administração e de 0,7% a.a. de taxa de risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 147,2 milhões.

O Empréstimo CEF –Agreste Saneamento é garantido (i) vinculação de 100% da receita da Agreste Saneamento, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*) e observadas as regras de liberação dos recursos a serem depositados em tais contas; (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios, representados pela receita vinculada e empenhada; e penhor de 100% das ações de emissão da Agreste Saneamento.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor principal será amortizado, mensalmente, por meio de parcelas mensais e sucessivas no sistema Price, após um período máximo de carência 18 meses. Esse período é medido através de uma possível antecipação da conclusão das obras. Os juros durante o período de carência serão integrados ao valor do principal. Sendo vencimento do contrato em fevereiro de 2035.

A Agreste Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Capital Social maior ou igual a 20% CAPEX; e
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.

### Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê –SPAT

Em 06 de abril de 2009, a SPAT Saneamento celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0032.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Posteriormente, as partes celebraram o 1º termo aditivo ao contrato de financiamento, em 31 de agosto de 2010 por meio do qual se alterou a destinação dos recursos disponibilizados. Em 4 de julho de 2013, foi assinado o 2º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre o novo prazo para apresentação da Licença de Operação Definitiva. Em 2 de julho de 2020, foi assinado o 3º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a alteração dos índices econômico financeiros, exclusão das Intervenientes Empresa Nacional de Participações – ENPAR e Galvão Engenharia S.A., incluir como anexo o 1º aditivo ao contrato de prestação de serviços de assistência técnica firmado entre a SPAT e a Iguá Saneamento. Em 3 de julho de 2020, foi assinado o 4º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a suspensão temporária de pagamentos entre maio de 2020 e outubro de 2020.

O valor de principal do Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê é de R\$275,0 milhões.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2021 era de R\$84,0 milhões. A incidência de juros obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a.: o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 2,8% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a.: O percentual de 2,8% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor.

O Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê prevê as seguintes garantias: (i) penhor das ações das intervenientes controladoras Iguá Saneamento, na própria SPAT Saneamento; (ii) fiança da interveniente fiadora, Empresa Nacional de Participações S.A. – ENPAR (esta obrigação não existe mais dado o cumprimento das condições de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

liberação dessa garantia previstas em contrato); (iii) para o valor que exceder R\$250.000.000,00, apresentar carta fiança e (iv) contrato de suporte dos acionistas no caso de eventual descumprimento dos índices econômico-financeiros previstos em contrato, esta garantia foi extinta em 2 de julho de 2020 com a assinatura do distrato deste contrato. Em ambas as hipóteses, a responsabilidade assumida é solidária e envolve todas as obrigações até o final da liquidação deste contrato.

A SPAT obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3;
- Estoque de Dívida  $\leq$  3,5.

### 2ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 28 de julho de 2020, a Paranaguá Saneamento formalizou o “*Instrumento Particular da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Paranaguá Saneamento S.A.*”, no valor total de R\$ 259,8 milhões.

As debêntures farão jus à remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10 ao ano.

O prazo de vencimento é de 10 anos contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 15 de julho de 2030.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de saneamento básico no Município de Paranaguá, por meio da controlada Paranaguá Saneamento.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta emissão era R\$ 289 milhões.

### 1ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 29 de agosto de 2017, a Paranaguá Saneamento formalizou instrumento particular de escritura da primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, conforme definido no 1º aditamento de 17 de outubro de 2017, no valor total de emissão de R\$ 138,8 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 3 de agosto de 2020, o saldo desta dívida foi liquidada no montante de R\$145,1 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de *spread* de 3,0% a.a.

O prazo de vencimento é de 96 meses contados da data de emissão, sendo vencimento previsto para 04 de setembro de 2025.

O contrato conta como garantia o aval prestado pela Iguá Saneamento, a alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida/EBITDA em 2019: menor ou igual a 5,0x;
- Dívida Líquida/EBITDA em 2020: menor ou igual a 4,0x; e
- Dívida Líquida/EBITDA a partir de 2021: menor ou igual a 3,5x.

### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos contratos indicados acima, não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para a Companhia e suas controladas. A Companhia busca desenvolver relações comerciais estáveis com os principais agentes financeiros no mercado, visando desenvolver soluções adequadas para as necessidades de serviços financeiros, além de possibilitar o acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; e (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras. Ainda, alguns dos contratos de empréstimo e financiamento celebrados pela Companhia determinam que o pagamento de dividendos – com exceção do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre capital próprio pela Companhia – caso a Companhia esteja inadimplente com as suas

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

obrigações pecuniárias relacionadas aos contratos, gera o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes destes. Em vista das restrições, tais eventos ficam condicionados à obtenção de *waiver* dos credores.

Nos contratos financeiros celebrados com o BNDES, estes poderão vencer antecipadamente se for comprovada: (i) a redução do quadro pessoal da Companhia sem atendimento a certos requisitos no contrato; (ii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado, relativamente à prática de atos, por nós, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (iii) o não cumprimento de dispositivo que importe obrigações constantes no contrato ou (iv) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações do contrato.

Nos contratos com a Caixa Econômica Federal, as principais hipóteses que podem gerar um evento de vencimento antecipado automático são: (i) falsidade das declarações prestadas que prejudiquem a capacidade de pagamento; (ii) não pagamento de 3 (três) prestações mensais consecutivas; (iii) cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas no contrato, sem prévia e expressa aprovação; (iv) decretação de falência, deferimento de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou liquidação; (v) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento; (vi) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios, sem prévia autorização; (vii) rescisão do contrato de concessão; (viii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão do projeto; (ix) a existência de sentença condenatória definitiva em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (x) descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, que provoque efeitos materiais adversos; e (xi) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos contratos referentes à constituição das garantias.

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e suas controladas cumprem com todas as obrigações, índices financeiros e limites estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Para mais informações acerca de obrigações por nós assumidas em nossos contratos financeiros, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Além disso, a legislação, que regula nossos contratos de concessão e parceria público privadas, bem como todos os nossos referidos contratos, veda a alienação de nosso controle acionário sem a prévia anuência do poder concedente ou do parceiro público, conforme o caso.

Para maiores informações segue abaixo quadro com os *covenants* mencionados, os parâmetros exigidos pelos credores e os valores dos nossos contratos de empréstimo e financiamento:

Empresa	Setor	Contrato	Parâmetro	Indicadores Financeiros					Limitação para Distribuição de Dividendos	Restrição para Alteração Controle
				2021	2020	2019	2018	2017		
				Exigido / Perfeito	Exigido / Perfeito	Exigido / Perfeito	Exigido / Perfeito	Exigido / Perfeito		
Paranaguá Saneamento	BNDES	09.2.0585.1	N.A.	-	-	-	-	-	Não	Sim
Paranaguá Saneamento	BNDES	12.2.0121.1	N.A.	-	-	-	-	-	Não	Sim
Paranaguá Saneamento	Mercado	2ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	<= 4,75						
				4,25	-	-	-	-	Apenas se inadimplente	Sim
SPAT Saneamento	BNDES	09.2.0032.1	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	Apenas se inadimplente	Sim
				2,78	4,62	2,66	2,01	1,48		
			Margem Operacional	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	≥ 55%		
				N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	56%		
			Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	N.A.		
				0,46	1,16	1,13	1,98	N.A.		
Sanessol	BNDES	10.2.0370.1	N.A.	-	-	-	-	-	Não	Sim
Guaratinguetá	BNDES	11.2.1176.1	N.A.	-	-	-	-	-	Não	Sim
Águas Cuiabá	BNDES	14.2.0424.1	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30		
				1,30	1,32	1,4	2,92	80,44	Apenas se inadimplente	Sim
Águas Cuiabá	Mercado	2ª emissão Debêntures	N.A.	≥ 1,30					Apenas se inadimplente	Sim
				1,30	-	-	-	-		
Agreste Saneamento	Caixa	395171-14	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	Apenas se inadimplente	Sim
				2,68	1,5	1,86	2,39	1,52		
Sanessol	BTG	CCB 270/18	Dívida Líquida / Ebitda		≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	-	Apenas se inadimplente	Sim
					0,75	1,12	2,39	-		
			ICSD		> 1.1	> 1.1	> 1.1	-		
					1,66	1,63	125,65	-		
Pontes e Lacerda	BTG	CCB 274/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,08	0,43	0,29	0,88			
			ICSD	> 1.1	> 1.1	> 1.1	> 1.1			
				1,50	0,19	2,49	75,24			
Alta Floresta	BTG	CCB 275/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,08	0,5	0,47	1,36			
			ICSD	> 1.1	> 1.1	> 1.1	> 1.1			
				2,12	0,4	2,15	73,63			
Comodoro	BTG	CCB 273/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				-1,14	0,63	0,45	1,85			
			ICSD	> 1.1	> 1.1	> 1.1	> 1.1			
				2,52	0,1	2,37	75,8			
Colider	BTG	CCB 271/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				-0,01	1,06	0,68	1,7			
			ICSD	> 1.1	> 1.1	> 1.1	> 1.1			
				2,09	0,1	2,25	72,29			
Iguá Saneamento	Mercado	3ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	-	≤ 4,2	≤ 4,5	≤ 3,5	N.A.	Apenas se inadimplente	Sim
Iguá Saneamento	Mercado	4ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	-	≤ 4,2	≤ 4,5			Apenas se inadimplente	Sim
				-	4,00	3,74				
Iguá Saneamento	Mercado	5ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	-	-	-	-	-	Apenas se inadimplente	Sim
				-	-	-	-	-		

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 16 de março de 2021, obtivemos do Banco BTG Pactual S.A. a anuência prévia para descumprimento de covenants financeiros e renúncia à declaração de vencimento antecipado referente as CCBs de Colíder, Comodoro, Pontes e Lacerda e Alta Floresta.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

As restrições que nos foram impostas nos contratos de empréstimos descritos acima estão sendo atendidas. Para maiores informações, segue abaixo quadro com os valores de utilização dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2020, que possuímos junto às instituições financeiras nas quais contratamos financiamentos:

Empresa	Credor	Contrato	Valor Contratado	Sub créditos	Valor Subcrédito	Valor Desembolsado	Índice e Taxa de juros (%)	Vencimento
Paranaguá Saneamento	BNDES	09.2.0585.1	25.551.967,52	C	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% a.a	nov/24
				D	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% + 1% a.a	nov/24
Paranaguá Saneamento	BNDES	12.2.0121.1	10.172.500,00	A	9.056.661,44	7.803.266,65	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				B	668.635,69	639.603,48	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				C	447.202,87	447.202,87	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
SPAT Saneamento	BNDES	09.2.0032.1	275.000.000,00	A	271.016.461,93	271.016.461,93	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
				B	3.983.538,07	3.983.538,07	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
Sanessol	BNDES	10.2.0370.1	24.215.110,00	A1	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% a.a	mai/25
				A2	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% + 1% a.a	mai/25
Guaratinguetá	BNDES	11.2.1176.1	19.203.820,94	A	11.383.581,57	9.075.329,24	TJLP + 1,4% a.a	fev/27
				B	7.820.239,37		TJLP + 1,4% a.a	fev/27
Águas Cuiabá	BNDES	14.2.0424.1	327.535.000,00	A	260.539.000,00	254.009.506,64	TJLP + 3,39% a.a	set/32
				B	66.996.000,00	66.996.000,00	IPCA + NTNB + 3,39% a.a	nov/31
Agreste Saneamento	Caixa	395171-14	146.807.379,57	Único	146.807.379,57	142.400.750,75	TR + 6% + 2% + 0,7% a.a	jul/35

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações a seguir apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 comparado a 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais		31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>893.860</b>	<b>8,3%</b>	<b>839.816</b>	<b>28,6%</b>	<b>6,4%</b>
Caixa e equivalente de caixa		557.935	5,1%	475.012	16,2%	17,5%
Outros investimentos		2.583	0,0%	31.651	1,1%	-91,8%
Depósitos bancários vinculados		68.864	0,6%	50.522	1,7%	36,3%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contas a receber e outros recebíveis	213.820	2,0%	239.525	8,2%	-10,7%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Impostos e contribuição a recuperar	26.796	0,2%	16.940	0,6%	58,2%
Outros ativos	23.862	0,2%	26.166	0,9%	-8,8%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.939.998</b>	<b>91,7%</b>	<b>2.093.964</b>	<b>71,4%</b>	<b>374,7%</b>
Debêntures e outros investimentos	4.489	0,0%	6.939	0,2%	-35,3%
Depósitos bancários vinculados	5.152	0,0%	4.953	0,2%	4,0%
Contas a receber e outros recebíveis	685.184	6,3%	688.548	23,5%	-0,5%
Impostos e contribuição a recuperar	16.812	0,2%	17.135	0,6%	-1,9%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	4.441	0,0%	3.191	0,1%	39,2%
Ativos de operação descontinuada	1.417	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros ativos	10.906	0,1%	3.064	0,1%	255,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	241.507	2,2%	79.521	2,7%	203,7%
Investimentos	96.731	0,9%	75.349	2,6%	28,4%
Ativos de direito de uso	11.055	0,1%	11.952	0,4%	-7,5%
Imobilizado	15.533	0,1%	13.775	0,5%	12,8%
Intangível e ativos de contrato	8.846.771	81,7%	1.189.537	40,5%	643,7%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>269,3%</b>
<i>Em milhares de reais</i>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV%</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.415.740</b>	<b>13,1%</b>	<b>351.395</b>	<b>12,0%</b>	<b>302,9%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	117.680	1,1%	81.324	2,8%	44,7%
Poder concedente a pagar	1.092.900	10,1%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	92.415	0,9%	135.011	4,6%	-31,6%
Debêntures	36.234	0,3%	79.915	2,7%	-54,7%
Obrigações fiscais	29.644	0,3%	25.572	0,9%	15,9%
Provisões e encargos trabalhistas	40.465	0,4%	28.444	1,0%	42,3%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras obrigações	6.288	0,1%	-	0,0%	0,0%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Imposto de renda e contribuição social a pagar	114	0,0%	1.129	0,0%	-89,9%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.529.686</b>	<b>60,3%</b>	<b>1.772.462</b>	<b>60,4%</b>	<b>268,4%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	148	0,0%	8.834	0,3%	-98,3%
Poder concedente a pagar	1.457.200	13,5%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	651.938	6,0%	644.487	22,0%	1,2%
Debêntures	4.230.571	39,0%	914.381	31,2%	362,7%
Passivos de operação descontinuada	680	0,0%	-	0,0%	0,0%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	919	0,0%	962	0,0%	-4,5%
Obrigações fiscais	68.368	0,6%	75.148	2,6%	-9,0%
Imposto de renda e contribuição diferidos	114.427	1,1%	119.684	4,1%	-4,4%
Pagamento baseado em ações	-	0,0%	2.729	0,1%	-100,0%
Provisão para perdas em causas judiciais	5.435	0,1%	6.237	0,2%	-12,9%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.888.432</b>	<b>26,7%</b>	<b>809.923</b>	<b>27,6%</b>	<b>256,6%</b>
Capital social	2.394.914	22,1%	842.107	28,7%	184,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	570.292	5,3%	-	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(13.993)	0,1%	-	0,0%	0,0%
Reservas de capital	23.820	0,2%	22.744	0,8%	4,7%
Reservas reflexas	26.724	0,2%	10.153	0,3%	163,2%
Ágio em transações de capital	(64.838)	-0,6%	(64.838)	-2,2%	0,0%
Lucros / (prejuízos) acumulados	(54.971)	-0,5%	(6.119)	-0,2%	798,4%
Participação de não controladores	6.484	0,1%	5.876	0,2%	10,3%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>269,3%</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante representava 8,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2021, contra 28,6% em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R\$54,0 milhões ou 6,4%, passando de R\$839,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$893,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures conversíveis e aumento de capital.

**Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados**

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados cresceram R\$72,2 milhões, passando de R\$557,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$629,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente principalmente das emissões de debêntures e aumento de capital.

**Contas a receber e outros recebíveis**

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis diminuíram em R\$25,8 milhões ou 10,7% passando de R\$239,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$213,9



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente principalmente da redução da TIR do ativo financeiro das PPP's.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante representava 91,7% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2021, apresentando um aumento de 374,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$2.094,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$9.940,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. No ativo não circulante ocorreu aumento em função principalmente da outorga da Iguá Rio de Janeiro S.A. na linha de intangível e ativo de contrato.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante representava 13,1% do total de passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, contra 12,0% em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R\$1.064,3 milhões ou 302,9%, passando de R\$351,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.415,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do passivo circulante ocorreu principalmente em função do poder concedente a pagar da Iguá Rio de Janeiro S.A.

**Empréstimo e financiamentos**

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou redução de R\$42,6 milhões ou 31,6%, passando de R\$135,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$92,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente de saldos liquidados no período.

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 representava 60,4% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 60,3% em 31 de dezembro de 2021, apresentando um aumento de R\$4.757,2 milhões ou 268,4%, passando de R\$1.772,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$6.529,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função das novas emissões de debêntures e reconhecimento do poder concedente a pagar da Iguá Rio de Janeiro S.A.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 representava 27,6% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando em 31 de dezembro de 2021 um aumento de R\$2.078,5 milhões ou 256,6%, passando de R\$809,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.888,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação do patrimônio líquido ocorreu principalmente em função da emissão de debentures conversíveis e aumento de capital.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019***

<i>Em milhares de reais, exceto %</i>	<b>Em 31/12/2020</b>	<b>AV%</b>	<b>Em 31/12/2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>839.816</b>	<b>28,6%</b>	<b>529.163</b>	<b>21,0%</b>	<b>58,7%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	475.012	16,2%	176.790	7,0%	168,7%
Outros investimentos	31.651	1,1%	44.762	1,8%	-29,3%
Depósitos bancários vinculados	50.522	1,7%	55.444	2,2%	-8,9%
Contas a receber e outros recebíveis	239.525	8,2%	205.438	8,1%	16,6%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	-	0,0%	1.037	0,0%	-100,0%
Impostos e contribuições a recuperar	16.940	0,6%	30.076	1,2%	-43,7%
Outros ativos	26.166	0,9%	15.616	0,6%	67,6%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.093.964</b>	<b>71,4%</b>	<b>1.993.615</b>	<b>79,0%</b>	<b>5,0%</b>
Debêntures e outros investimentos	6.939	0,2%	9.375	0,4%	-26,0%
Depósitos bancários vinculados	4.953	0,2%	20.136	0,8%	-75,4%
Contas a receber e outros recebíveis	688.548	23,5%	683.237	27,1%	0,8%
Impostos e contribuições a recuperar	17.135	0,6%	10.189	0,4%	68,2%
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	3.191	0,1%	1.033	0,0%	208,9%
Outros ativos	3.064	0,1%	5.833	0,2%	-47,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.521	2,7%	63.955	2,5%	24,3%
Investimentos	75.349	2,6%	70.862	2,8%	6,3%
Ativos de direito de uso	11.952	0,4%	7.973	0,3%	49,9%
Imobilizado	13.775	0,5%	13.199	0,5%	4,4%
Intangível e ativos de contrato	1.189.537	40,5%	1.107.823	43,9%	7,4%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.522.778</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,3%</b>
<i>Em milhares de reais, exceto %</i>	<b>Em 31/12/2020</b>	<b>AV%</b>	<b>Em 31/12/2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>351.395</b>	<b>12,0%</b>	<b>375.748</b>	<b>14,9%</b>	<b>-6,5%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	81.324	2,8%	100.949	4,0%	-19,4%
Empréstimos e financiamentos	135.011	4,6%	121.100	4,8%	11,5%
Debêntures	79.915	2,7%	96.439	3,8%	-17,1%
Obrigações fiscais	25.572	0,9%	30.317	1,2%	-15,7%
Provisões e encargos trabalhistas	28.444	1,0%	25.677	1,0%	10,8%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	-	0,0%	720	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.129	0,0%	546	0,0%	106,8%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.772.462</b>	<b>60,4%</b>	<b>1.309.869</b>	<b>51,9%</b>	<b>35,3%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	8.834	0,3%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	644.487	22,0%	670.359	26,6%	-3,9%
Debêntures	914.381	31,2%	450.262	17,8%	103,1%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	962	0,0%	544	0,0%	76,8%
Obrigações fiscais	75.148	2,6%	72.837	2,9%	3,2%
Imposto de renda e contribuição social diferido	119.684	4,1%	108.189	4,3%	10,6%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Pagamento baseado em ações	2.729	0,1%	1.267	0,1%	115,4%
Provisão para perdas em causas judiciais	6.237	0,2%	6.411	0,3%	-2,7%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>809.923</b>	<b>27,6%</b>	<b>837.161</b>	<b>33,2%</b>	<b>-3,3%</b>
Capital social	842.107	28,7%	929.579	36,8%	-9,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	-	0,0%	26.893	1,1%	-100,0%
Reservas de capital	22.744	0,8%	6.173	0,2%	268,4%
Reservas reflexas	10.153	0,3%	6.519	0,3%	55,7%
Ágio em transações de capital	(64.838)	-2,2%	(65.252)	-2,6%	-0,6%
Prejuízos acumulados	(6.119)	-0,2%	(76.165)	-3,0%	-92,0%
Participação de não controladores	5.876	0,2%	9.414	0,4%	-37,6%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.522.778</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,3%</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante representava 28,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2020, contra 21,0% em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$310,7 milhões ou 58,7%, passando de R\$529,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$839,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures e captação de empréstimos.

**Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados**

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados cresceram R\$280,2 milhões, passando de R\$277,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$557,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente principalmente das emissões de debêntures e captação de empréstimos.

**Contas a receber e outros recebíveis**

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis aumentaram em R\$34,1 milhões ou 16,6% passando de R\$205,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$239,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente principalmente do acordo de arbitragem a receber da SABESP na controlada SPAT Saneamento S.A.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante representava 71,4% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 5,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$1.993,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$2.094,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. No ativo não circulante ocorreu aumento em função principalmente da linha de ativos de contrato.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Passivo Circulante

O passivo circulante representava 12,0% do total de passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, contra 14,9% em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$24,4 milhões ou 6,5%, passando de R\$375,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$351,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. A redução do passivo circulante ocorreu principalmente em função das liquidações de debêntures.

### Empréstimo, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou aumento de R\$13,9 milhões ou 11,5%, passando de R\$121,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$135,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente de saldos que estavam no longo prazo transferidos para o curto prazo. O montante foi parcialmente compensado por liquidações de empréstimos e financiamentos ocorridas no período.

### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 representava 51,9% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 60,4% em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R\$462,6 milhões ou 35,3%, passando de R\$1.309,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.772,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função das novas emissões de debêntures de Iguá e Paranaguá..

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 representava 33,2% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando em 31 de dezembro de 2020 uma redução de R\$27,2 milhões ou 3,3%, passando de R\$837,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$809,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação do patrimônio líquido ocorreu principalmente em função do bônus de subscrição.

### Demonstrações de Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações no fluxo de caixa durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, conforme indicado abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<i>(Em milhares de reais)</i>	Exercício social encerrado em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	58.766	96.768	21.877
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	(5.062.463)	(119.311)	(279.239)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>	5.086.620	320.765	309.904
<b>Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa</b>	82.923	298.222	52.542
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	475.012	176.790	124.248
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	557.935	475.012	176.790

***Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais***

O caixa líquido das atividades operacionais reduziu R\$38,0 milhões, passando de R\$96,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$58,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que as principais variações no período ocorreram no aumento dos pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures devido as postergações pelo COVID 19 em 2020 e retomada em 2021.

O caixa líquido das atividades operacionais aumentou R\$74,9 milhões, passando de R\$21,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$96,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo que as principais variações no período ocorreram na redução dos pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures devido as postergações pelo COVID 19.

***Fluxo de caixa aplicado nas das atividades de investimentos***

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$5.062,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$119,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$4.943,1 milhões, em função do pagamento da outorga fixa de concessão da Igua Rio de Janeiro S.A. .

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$119,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$279,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$159,9 milhões, em função da redução de investimentos em capex, gerando um menor saldo

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

de aquisições de ativo intangível e ativos de contrato, os quais foram postergados para anos posteriores, devido à pandemia causada pela COVID 19.

***Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$5.086,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$320,8, representando um aumento de R\$4.765,9 milhões, explicado pela ocorrência de novas emissão de debêntures e aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$320,8 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$309,9, representando um aumento de R\$10,9 milhões, explicado pela ocorrência de novas captações de empréstimos, financiamentos e de emissão de debêntures.

***Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa***

Em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores acima descritos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$557,9 milhões, apresentando aumento de R\$82,9 milhões em comparação com o saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$475,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$475,0 milhões, apresentando aumento de R\$298,2 milhões em comparação com o saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$176,8 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**  
**(a) resultados das operações do emissor, em especial**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de R\$300,5 milhões ou 39,7% na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alcançando o montante de R\$1.058,2 milhões.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$757,7 milhões, com redução de R\$140,8 milhões ou 15,7% em relação ao montante em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$898,5 milhões.

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito de seus contratos de concessão. Além disso, no âmbito das suas parcerias público-privadas, a Companhia recebe repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Em função das características do mercado onde a Companhia atua, suas receitas possuem alto grau de previsibilidade, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais, conforme mencionado no item “b” abaixo.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades.

**ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

Os resultados operacionais têm sido impactados positivamente em função da mudança no perfil da administração, ocorrido em agosto de 2017, que busca incessantemente a otimização dos recursos, que envolve desde centralização e padronização da cadeia de suprimentos, utilização de tecnologias inovadoras nas operações, programas de redução de custos e capacitação de profissionais, além do maior grau de maturidade adquirido pelas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado operacional (lucro bruto) apresentou redução de R\$0,3 milhões ou 0,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o resultado operacional (lucro bruto) apresentou crescimento de R\$17,8 milhões ou 5,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente de redução nos custos de construção no período.

As informações a seguir apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

***As variações ao resultado da Companhia estão comparando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020***

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
<i>Em milhares de reais, exceto %</i>	2021	AV%	2020	AV%	AH%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.058.152</b>	<b>100,0%</b>	<b>757.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,7%</b>
Custo dos serviços prestados	(722.455)	-68,3%	(421.677)	-55,7%	71,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>335.697</b>	<b>31,7%</b>	<b>335.984</b>	<b>44,3%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(228.406)</b>	<b>-21,6%</b>	<b>(169.092)</b>	<b>-22,3%</b>	<b>35,1%</b>
Despesas comerciais	(22.877)	-2,2%	(31.586)	-4,2%	-27,6%
Despesas administrativas e gerais	(215.440)	-20,4%	(144.929)	-19,1%	48,7%
Outras receitas (despesas), líquidas	2.528	0,2%	1.608	0,2%	57,2%
Equivalência patrimonial	7.383	0,7%	5.815	0,8%	27,0%
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>	<b>107.291</b>	<b>10,1%</b>	<b>166.892</b>	<b>22,0%</b>	<b>-35,7%</b>
Receitas financeiras	155.620	14,7%	23.926	3,2%	550,4%
Despesas financeiras	(400.507)	-37,8%	(174.355)	-23,0%	129,7%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(244.887)</b>	<b>-23,1%</b>	<b>(150.429)</b>	<b>-19,9%</b>	<b>62,8%</b>
<b>Lucro operacional antes dos tributos</b>	<b>(137.596)</b>	<b>-13,0%</b>	<b>16.463</b>	<b>2,2%</b>	<b>-935,8%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.379)	-1,6%	(25.239)	-3,3%	-31,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	159.651	15,1%	4.071	0,5%	3821,7%
Operações descontinuadas	(52.476)	-5,0%	-	0,0%	100,0%
<b>Lucro / (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(47.800)</b>	<b>-4,5%</b>	<b>(4.705)</b>	<b>-0,6%</b>	<b>915,9%</b>

**Receita operacional líquida**

Em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida foi de R\$1.058,2 milhões, montante 39,7% maior em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$757,7 milhões. Este aumento se deu em função, principalmente, do retorno nos investimentos, impactando na receita de construção ocorrida em 2021.

**Custo dos serviços prestados**

Em 31 de dezembro de 2021, os custos dos serviços prestados aumentaram em R\$300,8 milhões ou 71,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, impactado pelo aumentonos custos de construção em decorrência de maior investimento aplicado no período.

Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
<b>Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)</b>	<b>2021</b>	<b>AV%</b>	<b>2020</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Custo de construção	(475.077)	65,8%	(178.422)	42,3%	166,3%
Energia elétrica	(45.557)	6,3%	(52.001)	12,3%	-12,4%
Despesas com pessoal	(43.893)	6,1%	(44.230)	10,5%	-0,8%
Depreciação e amortização	(79.543)	11,0%	(55.197)	13,1%	44,1%
Serviços de terceiros	(34.354)	4,8%	(38.595)	9,2%	-11,0%
Outorga e taxas de fiscalização	(22.525)	3,1%	(30.067)	7,1%	-25,1%
Materiais auxiliares	(12.236)	1,7%	(13.286)	3,2%	-7,9%
Materiais diretos	(10.673)	1,5%	(6.244)	1,5%	70,9%
Outros custos	(4.068)	0,6%	(4.527)	1,1%	-10,1%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(1.548)	0,2%	(3.392)	0,8%	-54,4%
Créditos de PIS e COFINS	7.019	-1,0%	4.284	-1,0%	63,8%
<b>Total</b>	<b>(722.455)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(421.677)</b>	<b>100,0%</b>	<b>71,3%</b>

**Lucro bruto**

Em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia reduziu R\$0,3 milhões ou 0,1% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$336,0 milhões para R\$335,7 milhões.

**Despesas comerciais, administrativas e gerais**

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$228,4 milhões e, em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$169,1 milhões, representando um aumento de 35,1% ou R\$59,3 milhões entre os períodos. A variação é explicada (i) pelo aumento no do quadro de colaboradores devido a Iguá Rio de Janeiro. Abaixo quadro descritivo das despesas:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
<b>Despesas operacionais (em milhares de R\$)</b>	<b>2021</b>	<b>AV%</b>	<b>2020</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Serviços de terceiros	(65.491)	27,5%	(41.218)	23,4%	58,9%
Despesa com pessoal	(107.227)	45,0%	(69.100)	39,1%	55,2%
Outras despesas	(35.571)	14,9%	(26.112)	14,8%	36,2%
Depreciação e amortização	(20.472)	8,6%	(16.809)	9,5%	21,8%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(103)	0,0%	(38)	0,0%	171,1%
Materiais	(450)	0,2%	(295)	0,2%	52,5%
Energia elétrica	(409)	0,2%	(277)	0,2%	47,7%
Seguro garantia, fianças, patrimoniais e outros	(2.076)	0,9%	(2.517)	1,4%	-17,5%
Despesas com comunicação/marketing	(1.003)	0,4%	(995)	0,6%	0,8%
Despesas com processos judiciais	-	0,0%	(97)	0,1%	-100,0%
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(5.515)	2,3%	(19.057)	10,8%	-71,1%
<b>Total</b>	<b>(238.317)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(176.515)</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,0%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Resultado financeiro, líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do resultado financeiro, líquido foi uma despesa financeira líquida de R\$244,9 milhões e em 31 de dezembro de 2020 o saldo do resultado financeiro líquido, foi uma despesa de R\$150,4 milhões. O aumento de 62,8% ou R\$94,5 milhões entre os anos analisados se deu em função principalmente da análise abaixo:

- As receitas financeiras totalizaram R\$155,6 milhões, apresentando um aumento de R\$131,7 milhões em função principalmente da aplicação dos recursos em caixa e rendimento de debêntures;
- As despesas financeiras foram de R\$400,6 milhões no ano, aumento de R\$226,2 milhões decorrente principalmente do crescimento dos juros sobre debêntures devido a nova emissão pela Igua Rio de Janeiro S.A.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	36.102	9.441
Juros sobre contas a receber de cliente	13.894	10.589
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.135	1.182
Descontos obtidos	137	280
Receitas de operações com partes relacionadas	102.944	723
Ajuste a valor presente	1.135	447
Outras	273	1.264
<b>Total</b>	<b>155.620</b>	<b>23.926</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(351.239)	(153.845)
Outras	(30.876)	(10.260)
Imposto sobre operações financeiras	(13.333)	(302)
Comissões e despesas bancárias	(4.844)	(8.202)
Ajuste a valor presente	-	(1.353)
Despesas de operações com partes relacionadas	(215)	(393)
<b>Total</b>	<b>(400.507)</b>	<b>(174.355)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(244.887)</b>	<b>(150.429)</b>

### Lucro operacional antes dos tributos

O lucro operacional antes dos tributos da Companhia passou de R\$16,5 milhões exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para -R\$137,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, reflexo do somatório de fatores relacionados crescimento das despesas e despesas financeiras, conforme explicados acima.

### Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos totalizaram R\$142,3 milhões e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram -R\$21,2 milhões, decorrente do reconhecimento de diferido sobre prejuízo fiscal na Controladora.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Lucro/Prejuízo líquido do período

O resultado líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi um prejuízo líquido de R\$47,8 milhões, enquanto que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foi apurado um prejuízo líquido de R\$4,7 milhões.

***As variações ao resultado da Companhia estão comparando o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro 2019***

Em milhares de reais	2020	AV%	2019	AV%	AH%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>757.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>898.502</b>	<b>100,0%</b>	<b>-15,7%</b>
Custo dos serviços prestados	(421.677)	-55,7%	(580.295)	-64,6%	-27,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>335.984</b>	<b>44,3%</b>	<b>318.207</b>	<b>35,4%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(169.092)</b>	<b>-22,3%</b>	<b>(125.729)</b>	<b>-14,0%</b>	<b>34,5%</b>
Despesas comerciais	(31.586)	-4,2%	(10.528)	-1,2%	200,0%
Despesas administrativas e gerais	(144.929)	-19,1%	(127.729)	-14,2%	13,5%
Outras receitas e despesas	1.608	0,2%	(1.103)	-0,1%	-245,8%
Equivalência patrimonial	5.815	0,8%	13.631	1,5%	-57,3%
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>	<b>166.892</b>	<b>22,0%</b>	<b>192.478</b>	<b>21,4%</b>	<b>-13,3%</b>
Receitas financeiras	23.926	3,2%	31.003	3,5%	-22,8%
Despesas financeiras	(174.355)	-23,0%	(146.671)	-16,3%	18,9%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(150.429)</b>	<b>-19,9%</b>	<b>(115.668)</b>	<b>-12,9%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Lucro operacional antes dos tributos</b>	<b>16.463</b>	<b>2,2%</b>	<b>76.810</b>	<b>8,5%</b>	<b>-78,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(25.239)	-3,3%	(20.689)	-2,3%	22,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.071	0,5%	(11.397)	-1,3%	-135,7%
<b>Lucro /(prejuízo) líquido do período</b>	<b>(4.705)</b>	<b>-0,6%</b>	<b>44.724</b>	<b>5,0%</b>	<b>-110,5%</b>

### Receita operacional líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida foi de R\$757,7 milhões, montante 15,7% menor em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$898,5 milhões. Esta redução se deu em função, principalmente, da retração na receita de construção ocorrida em 2020.

### Custo dos serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020, a linha de custos dos serviços prestados apresentou redução de de R\$158,6 milhões ou 27,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, impactado pela redução nos custos de construção em decorrência de menor investimento aplicado no período.

Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Custo de construção	(178.422)	42,3%	(355.212)	61,2%	-49,8%
Energia elétrica	(52.001)	12,3%	(45.811)	7,9%	13,5%
Despesas com pessoal	(44.230)	10,5%	(45.639)	7,9%	-3,1%
Depreciação e amortização	(55.197)	13,1%	(46.159)	8,0%	19,6%
Serviços de terceiros	(38.595)	9,2%	(36.357)	6,3%	6,2%
Outorga e taxas de fiscalização	(30.067)	7,1%	(29.585)	5,1%	1,6%
Materiais auxiliares	(13.286)	3,2%	(11.193)	1,9%	18,7%
Materiais diretos	(6.244)	1,5%	(6.359)	1,1%	-1,8%
Outros custos	(4.527)	1,1%	(4.991)	0,9%	-9,3%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(3.392)	0,8%	(3.552)	0,6%	-4,5%
Créditos de PIS e COFINS	4.284	-1,0%	4.563	-0,8%	-6,1%
<b>Total</b>	<b>(421.677)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(580.295)</b>	<b>100,0%</b>	<b>-27,3%</b>

**Lucro bruto**

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia aumentou 5,6%, ou R\$17,8 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$318,2 milhões para R\$336,0 milhões, reflexo da redução nos custos de construção.

**Despesas comerciais, administrativas e gerais**

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$169,1 milhões e, em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$125,7 milhões, representando um aumento de 34,5% ou R\$43,4 milhões entre os períodos. A variação é explicada (i) pelo aumento no reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e (ii) pelo incremento na linha de despesas com pessoal em função principalmente de custos associados à reestruturação interna da companhia, incluindo a renovação de parte da diretoria executiva.

Abaixo quadro descritivo das despesas:

Despesas comerciais, administrativas e gerais (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Serviços de terceiros	(41.218)	23,4%	(32.730)	23,7%	25,9%
Despesa com pessoal	(69.100)	39,1%	(57.179)	41,4%	20,8%
Outras despesas	(26.112)	14,8%	(22.166)	16,0%	17,8%
Depreciação e amortização	(16.809)	9,5%	(16.359)	11,8%	2,8%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(38)	0,0%	(29)	0,0%	31,0%
Materiais	(295)	0,2%	(285)	0,2%	3,5%
Energia elétrica	(277)	0,2%	(393)	0,3%	-29,5%
Seguro garantia, fianças, patrimoniais e outros	(2.517)	1,4%	(2.168)	1,6%	16,1%
Despesas com comunicação/marketing	(995)	0,6%	(2.825)	2,0%	-64,8%
Despesas com processos judiciais	(97)	0,1%	(5.950)	4,3%	-98,4%
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(19.057)	10,8%	1.827	-1,3%	-1143,1%
<b>Total</b>	<b>(176.515)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(138.257)</b>	<b>100,0%</b>	<b>27,7%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Resultado financeiro, líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do resultado financeiro, líquido foi uma despesa financeira líquida de R\$150,4 milhões e em 31 de dezembro de 2019 o saldo do resultado financeiro, líquido foi uma despesa de R\$115,7 milhões. O aumento de 30,1% ou R\$34,8 milhões entre os anos analisados se deu em função principalmente da análise abaixo:

- As receitas financeiras totalizaram R\$23,9 milhões, apresentando redução de 22,8% ou R\$7,1 milhões em função principalmente da diminuição na linha de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados;
- As despesas financeiras foram de R\$174,4 milhões no ano, um aumento de R\$27,7 milhões decorrente principalmente do crescimento de R\$35,6 milhões das despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em função (i) do maior estoque de dívida do grupo; e (ii) dos custos relacionados à liquidação antecipada das debêntures (1ª Emissão da Paranaguá Saneamento e 1ª Emissão da Águas Cuiabá) ocorridas no ano.

Receitas financeiras (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.182	2.033
Juros sobre contas a receber de cliente	10.589	9.607
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	9.441	15.896
Receitas de operações com partes relacionadas	723	1.113
Descontos obtidos	280	1.160
Ajuste a valor presente	447	-
Outras	1.264	1.194
<b>Total</b>	<b>23.926</b>	<b>31.003</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(153.845)	(118.196)
Outras	(10.260)	(13.983)
Imposto sobre operações financeiras	(302)	(3.554)
Comissões e despesas bancárias	(8.202)	(10.032)
Ajuste a valor presente	(1.353)	-
Despesas de operações com partes relacionadas	(393)	(906)
<b>Total</b>	<b>(174.355)</b>	<b>(146.671)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(150.429)</b>	<b>(115.668)</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Lucro operacional antes dos tributos

O lucro operacional antes dos tributos da Companhia passou de R\$76,8 milhões exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$16,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, reflexo do somatório de fatores relacionados a retração na receita, crescimento das despesas e resultado financeiro, conforme explicados acima.

### Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos totalizaram R\$21,2 milhões e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$32,1 milhões, decorrente do menor lucro operacional do período.

### Lucro líquido do exercício

O resultado líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi um prejuízo líquido de R\$4,7 milhões, enquanto que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foi apurado um lucro líquido de R\$44,7 milhões.

### (ii) Fatores que afetam os resultados das operações da Companhia

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia foram positivamente influenciados pela melhoria operacional de nossas operações, aumento no número de economias de água e esgoto, aumento no volume faturado de esgoto, diminuição das perdas e centralização dos processos administrativos, com a criação do Centro de Serviços Compartilhados, em São José do Rio Preto/SP.

### Evolução no número de economias de água e esgoto

Discriminação		dez/20	AH% (20/19)	dez/19	AH% (19/18)	dez/18
Número de economias água <sup>(1)</sup>	un	490.936	4,0%	471.864	3,6%	455.358
Número de economias esgoto <sup>(1)</sup>	un	327.719	6,1%	308.858	10,3%	279.999
Número de economias (água + esgoto) <sup>(2)</sup>	un	818.655	4,7%	780.722	6,2%	735.357

<sup>(1)</sup> Economia: Prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam uma única instalação de abastecimento de água e/ou esgotos.

Economias abastecidas: Moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água. Em um prédio com ligação para abastecimento de água, cada apartamento é considerado uma economia abastecida, que pode estar ativa ou inativa.

<sup>(2)</sup> Economias esgotadas: Unidades tributáveis, conforme registro no serviço de esgotamento sanitário. Em um prédio com ligação para esgotamento sanitário, cada apartamento com ocupação residencial é considerado uma economia esgotada. O conceito de economias esgotadas também pode ser utilizado para ligações comerciais, industriais e públicas.

Houve um incremento de 2,6% de economias de água entre 2018 e 2019, saltando de 455.358 em 2018, para 471.864 em 2019 e 490.936 em 2020. Em relação a economias

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

de esgoto, há um incremento de 10,3% entre 2018 para 2019, saltando de 279.999 em 2018 para 308.858 em 2019, e para 327.719 em 2020.

**Aumento no volume faturado de água e esgoto**

Discriminação	dez/20	AH% (20/19)		AH% (19/18)	
Volume faturado água '1000 m <sup>3</sup>	85.724	5,5%	81.250	3,2%	78.707
Volume faturado esgoto '1000 m <sup>3</sup>	52.059	7,0%	48.651	9,6%	44.389
Volume faturado (água + esgoto) '1000 m <sup>3</sup>	137.783	6,1%	129.902	5,5%	123.096

Com relação ao volume faturado de água, tivemos um incremento de 3,2% quando comparado 2018 e 2019, e de 5,5% entre os anos de 2019 e 2020. Com relação ao volume faturado de esgoto, tivemos um incremento de 9,6% quando comparado 2018 e 2019, e um incremento de 7,0% em 2020. O volume total faturado (água + esgoto) cresceu 6,1% quando comparado 2018 e 2019, e 6,1% em relação a 2020.

**Diminuição das perdas**

Dados Gerais		dez/20	AH% (20/19)	dez/19	AH% (19/18)	dez/18	AH% (18/17)	dez/17
Água não Faturada – ANF <sup>(1)</sup>	%	39,7%	0,0%	39,7%	-5,52%	42%	-8,67%	46%

<sup>(1)</sup> Percentual do volume de água que se perde no processo de distribuição por vazamentos ou desvios da tubulação.

Comparando 2018 e 2019, é percebida uma redução de 2,3% nas perdas da Companhia, encerrando o exercício de 2019 em 40% de ANF (Água Não Faturada). Em 2020, o índice de ANF permaneceu estável em relação ao ano anterior.















**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia são oriundas do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento esgoto, no âmbito dos contratos de concessão da Companhia. Além disso, no âmbito de suas parcerias público-privadas, a Companhia recebeu repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Tanto as tarifas quanto os repasses obedecem a critérios de reajustes anuais, que acompanham a inflação ou refletem a composição dos custos e despesas da Companhia, de acordo com índices de reajuste mais relevantes. Na hipótese de ocorrência de eventos extraordinários, a Companhia possui a prerrogativa de pleitear perante o poder concedente ou parceiro público o reequilíbrio contratual, de modo a restabelecer a rentabilidade originalmente prevista em cada um de seus contratos de concessão e/ou parceria público-privada.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia é impactado, quanto à receita, pelos reajustes tarifários anuais previstos nos contratos de concessão e PPPs. Cada contrato tem sua própria fórmula paramétrica de reajuste, sendo que a inflação (em especial dos componentes que tem relação direta com a operação) é o principal fator incorporado. Abaixo apresentamos os fatores presentes nos diversos contratos da Companhia:

	Mão-de-Obra		Índices de Preços									Índices de Preço de Energia		Dólar Comercial
	ICC	Dissídio	IGPM	IPCA	IGP-DI	IPA	Transporte	Indústria de Transformação	Atacado	INCC	INCC Saneamento	Tarifa Energia Elétrica	Custo da Energia	
 AGUAS CUIABÁ	X					X				X		X		
 PARANAAGUÁ ENGENHARIA		X					X		X		X	X		
 TUBARÃO SANEAMENTO	X				X	X				X		X		X
 AGUAS ALTA FLORESTA		X	X										X	
 AGUAS LONDRINA	X					X				X		X		
 AGUAS CANARANA					X									
 AGUAS CASILHO	X					X				X		X		
 AGUAS COLIDER		X	X										X	
 AGUAS COMODORO		X	X										X	
 ESAP	X		X					X		X		X		
 ITAPOÁ SANEAMENTO				X										
 AGUAS PIQUETE			X	X						X				
 AGUAS PONTES E LACERDA			X											
 SANEISSOL	X		X					X		X		X		

O resultado operacional da Companhia é impactado, quanto aos custos operacionais, pelos custos de energia elétrica, que é o principal insumo utilizado e é determinado pelas concessionárias em cada estado, sendo que essa rubrica representou, em média, 13% dos custos dos serviços prestados nos períodos mencionados no item 10.1.h., excluindo-se amortização e depreciação e custo de construção.

É relevante também o custo de mão-de-obra, que por sua vez é influenciado pelo dissídio negociado para a categoria em cada localidade, porém no longo prazo apresenta comportamento similar ao da inflação corrente, o qual representou, em 2020, 10,2% dos custos e despesas totais da companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, excluindo-se amortização e depreciação e custo de construção.

As taxas de câmbio e de juros não tiveram impacto relevante no resultado operacional da Companhia, pois a Companhia não tem receitas ou custos relevantes que sejam influenciados de forma significativa por estes fatores.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O resultado financeiro foi impactado significativamente pelas taxas de juros, pois parcela significativa da estrutura de capital da Companhia é composta por capital de terceiros, sendo a maior parte indexada ao CDI; essa exposição é parcialmente compensada pelo resultado das aplicações financeiras, que são majoritariamente indexadas ao CDI.

O resultado financeiro da Companhia não sofreu impacto relevante das taxas de câmbio e inflação nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente, uma vez que a Companhia não detinha saldo de aplicações financeiras ou endividamento relevante com estes indexadores.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**  
**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício corrente.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 17 de novembro de 2016, foi celebrado Acordo de Investimento para a reestruturação da nossa dívida financeira. O acordo estabeleceu a repactuação das dívidas dos diversos credores e a entrada de novo investidor que fez aporte de R\$ 70 milhões no novo fundo de investimentos em participações, controlado pela IG4 Water.

Em 19 de julho de 2017, após o cumprimento de todas as condições do Acordo de Investimentos, a Galvão Participações S.A. (antiga controladora da Companhia) transferiu suas ações para o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o fundo passou ao controle da companhia.

Em 20 de julho de 2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a subscrição e a integralização de 68.169.768 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por parte do Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP IGUÁ"), que passou a deter 108.958.689 ações, representando 84,2% do capital social. O BNDES Participações S.A., ("BNDESPAR") manteve a mesma quantidade de ações (20.477.816 ações), tendo sua participação diluída a 15,8% do capital social. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a modificação da denominação social da companhia para Iguá Saneamento S.A.

Após a reestruturação, demos início a um novo modelo de negócio e governança. Foi estabelecido um plano com 16 iniciativas estratégicas desenvolvidas em 2017.

Em outubro de 2018, como resultado do cumprimento das ações previstas no Acordo de Investimento assinado no dia 30 de julho de 2018 entre a Companhia, FIP IGUÁ, nosso atual acionista controlador, IG4 Water e uma afiliada do AIMCo, foi concluída pela AIMCo uma transação que envolveu aporte de até R\$ 400 milhões de reais na Companhia, conforme fato relevante publicado em 31 de outubro de 2018. Os recursos estão sendo destinados aos investimentos para cumprimentos de metas contratuais e à busca por novas oportunidades no setor de saneamento em todo o país. A operação contribuiu também para o fortalecimento da nossa estrutura de capital através de aporte de capital primário, que trouxe melhora dos índices de liquidez e alavancagem e proporciona maior capacidade, agilidade e flexibilidade para a realização de investimentos, além de colaborar para o aprimoramento da governança corporativa da Companhia, uma vez que trouxe para o quadro societário da Companhia um investidor com perfil qualificado.

Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% (vinte por cento) de

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passou a deter 100% (cem por cento) de participação nas referidas controladas. O valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores foram ajustados para refletir as mudanças nas relativas participações.

Em virtude da Companhia controlar o acionista minoritário (resultado da aquisição das quotas da PCT Participações Ltda.) das controladoras indicadas no parágrafo anterior, para tais investidas não há participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme ata de Assembleia Geral, realizada em 18 de dezembro de 2018, foram emitidas 17.166.398 ações ordinárias nominativas na controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$17.166 mil, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas e a Companhia passou a deter 81,79% e a PCT Participações Ltda. passou a deter 18,21% do capital social da referida controlada.

Em abril de 2021, foi firmado o Acordo de Investimento entre Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, IG4 Water Investments LP, PIP6GV Agua Ltd., PIP6PX Agua Ltd., PIP6PX Agua II Ltd. e PIP6PX Agua III Ltd.(afiliadas da Alberta Investment Management Corporation ou "AIMCo"), e Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). Desta forma, com a consumação das condições previstas no Acordo de Investimento e o exercício do direito de preferência do BNDESPAR: (i) foi realizado um investimento na Companhia de R\$596 milhões, mediante a subscrição de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, que contou com aportes do CPP Investments, AIMCo e BNDESPAR; e (ii) foi adquirida, pelo CPP Investments, participação de acionistas minoritários da Companhia através da compra de ações ordinárias de emissão da Companhia e cotas representativas do FIP Iguá. O controle da Companhia continuará a ser detido pelo FIP Iguá, gerido pela IG4 Capital Investimentos Ltda., não havendo, portanto, alienação de controle na transação.

**(c) eventos ou operações não usuais**

Não praticamos operações ou eventos não usuais nos 3 últimos exercícios sociais, bem como no exercício social vigente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Nós, os diretores da Companhia, informamos que no ano de 2019, houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas. Desta forma, com exceção das alterações aqui listadas, as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Os anos anteriores à adoção não foram retrospectivamente modificados, de forma que as demonstrações financeiras anteriores às alterações não são comparáveis.

#### ***Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019***

A Companhia e suas controladas adotaram novas normas em 1º de janeiro de 2019 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção dessas normas, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar a nova norma CPC 06 (equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases), que trata basicamente da classificação de contratos de leasing e aluguel. De acordo com referida norma, caso arrendatário possua o direito de controlar o uso do ativo e recebe substancialmente seus benefícios econômicos, seu registro deve ser equivalente ao de uma compra a prazo e seu valor deve ser registrado como ativo permanente.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais nas demonstrações financeiras consolidadas, relativos ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019:

Consolidado (valores em milhares de R\$)	Impactos referente adoção do IFRS IFRS16/CPC 06 (R2)
Ativos de direito de uso	8.953
Total do ativo não circulante	8.953
Arrendamento mercantil	3.921
Total do passivo circulante	3.921
Arrendamento mercantil	5.032
Total do passivo não circulante	5.032
Total do passivo	8.953

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos decorrentes da adoção da nova norma contábil – CPC 06 (R1), encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

	<b>Antes adoção</b>	<b>Impactos</b>	<b>Após adoção</b>
Ativos de direito de uso	-	8.953	8.953
Total do ativo não circulante	-	8.953	8.953
Arrendamento mercantil	-	3.921	3.921
Total do passivo circulante	-	3.921	3.921
Arrendamento mercantil	-	5.032	5.032
Total do passivo não circulante	-	5.032	5.032
Total do passivo	-	8.953	8.953

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram emitidos sem quaisquer ressalvas ou ênfases.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Entendemos que as práticas contábeis críticas são aquelas que caso alterada, acarretariam alterações contábil relevante.

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Consolidação de entidades: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma coligada; e
- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### ***Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato***

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

### ***Transações com pagamentos baseados em ações***

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, conforme programa implantado no de 2019.

### ***Tributos***

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

### ***Provisões para riscos cíveis e trabalhistas***

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao último exercício social e ao período corrente.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### (a) Investimentos

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais, os investimentos em intangível e ativo de contrato registraram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$468,5 milhões. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos somaram o montante de R\$167,9 milhões.

Os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão e PPPs das operações da Companhia, suas controladas e controle compartilhado.

Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seguir o detalhamento dos investimentos em água, esgoto, outros e obras em andamento (água e esgoto) para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em milhares de R\$)	Exercício social findo em		
Investimentos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Água	27.594	37.433	50.445
Esgoto	34.962	28.874	47.528
Outros	3.463	2.833	13.840
Obras em Andamento (Água e Esgoto)	402.465	98.720	261.588
<b>Total</b>	<b>468.484</b>	<b>167.860</b>	<b>373.401</b>

Destacam-se como principais investimentos no ano:

#### Atibaia (SP)

- ✓ ETE “Caetetuba” com capacidade de 70 l/s e emissário (456m de extensão);
- ✓ Conclusão das Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) “Onix”, “Jundiá”, “Refúgio” e “Pouso”;
- ✓ Conclusão da linha de recalque (350m de extensão) da EEE “Final” da ETE “Caetetuba”

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

- ✓ 16 km rede coletora e adição de 335 novas ligações de esgoto.

**Itapoá (SC)**

- ✓ Ampliação da captação em +120 l/s totalizando 470 l/s incluindo ampliação da subestação de 150 kVA para 300kVA;
- ✓ Ampliação elétrica da ERAT da ETA para aumento com mais 160 l/s de vazão e instalação de mais um conjunto motor-bomba a Diesel para aumento da confiabilidade da planta;
- ✓ 6 km de novas redes de distribuição de água e adição de 1.110 novas ligações de água; 2 km de novas redes coletoras de esgoto adição de 120 novas ligações de esgoto.

**Interior MT**

- ✓ Novo Reservatório (CR da Torre) de 1.000m<sup>3</sup> em Colíder (MT);
- ✓ Obras de melhoria da ETE com extração de lodo das lagoas em Pontes e Lacerda (MT);
- ✓ Implantação de grupos geradores Diesel de nas EEEs “Almeida Prado”, “Boa Nova”, “Ayrton Senna” e “Setor C” em Alta Floresta (MT) para aumento da confiabilidade e disponibilidade dos sistemas;
- ✓ Implantação dos sistemas de geradores de hipoclorito de sódio para as ETAs de Pontes e Lacerda, Colíder, Alta Floresta, Canarana e Comodoro;
- ✓ 4 km de novas redes de distribuição de água e adição de 1.762 novas ligações de água; 182 metros de novas redes de esgoto e adição de 365 novas ligações de esgoto.

**Paranaguá (PR)**

- ✓ Automação da EEE “Mercado”;
- ✓ Adequações elétricas e automação das EEEs 7.03 e 7.13;
- ✓ Perfuração de novo poço artesiano na ETA “Colônia” como parte das ações de melhoria do plano de segurança hídrica do sistema de abastecimento de água (aumento de 20 l/s);
- ✓ Implantação do Sistema de Tratamento de Lodo (SRAL) da ETA “Alexandra”;
- ✓ Automação das EEEs existentes (5 estações) do SES “Emboguaçu”;
- ✓ Implantação do Booster de Água “Fortaleza” na Ilha do Mel;

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

- ✓ 5 km de novas redes de distribuição de água adição de 1.472 novas ligações de água; 4 km de novas redes coletoras de esgoto adição de 764 novas ligações de esgoto.

**Cuiabá (MT)**

- ✓ Setorização dos Sistemas de Abastecimento de Água das regiões Sul e Central com instalação de válvulas, aplicação de DMCs (Zonas de Macromedicação) e VRPs (válvulas redutoras de pressão);
- ✓ Obras de melhorias nas redes de água em conjunto com pesquisa sistemática de caça-vazamentos;
- ✓ Melhorias e automação das EEEs do SES “Lipa” (12 estações), SES “Dom Aquino” (08 estações), SES “Tijucal” (35 estações) e SES “Sul” (13 estações) – total de 68 estações;
- ✓ 18 km de novas redes de distribuição de água e adição de 3.019 novas ligações de água; 19 km de novas redes coletoras de esgoto e adição de 1.554 novas ligações de esgoto.

**SPAT (SP)**

- ✓ Conclusão da célula do aterro da ETA “Taiaçupeba” com capacidade de 56.500 m<sup>3</sup>;
- ✓ Troca de relés do painel 81CCM da Fase 2 da subestação principal da ETA “Taiaçupeba”.

**Agreste (AL)**

- ✓ Recuperação estrutural do reservatório pulmão de água “Morro do Gaia” e instalação de bombas anfíbias de captação;
- ✓ Recuperação estrutural da calha Parshall da ETA “Arapiraca”;
- ✓ Interligação para abastecimento de água bruta para a Mineradora “Vale Verde”;
- ✓ Substituição dos sistemas de desinfecção por gás cloro por sistema de gerador de hipoclorito de sódio na ETA “Arapiraca”;
- ✓ Ampliação subestação de energia para 2.500kVA (substituição de dois transformadores) na Estação Elevatória de Água Tratada “Morro do Gaia”.

**Guaratinguetá (SP)**

- ✓ Realizado cadastro técnico das redes de esgoto;

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- ✓ 170 metros de novas redes de coleta de esgoto e adição de 251 novas ligações de esgoto.

### Piquete (SP)

- ✓ 2.900 metros de novas redes de distribuição de água e adição de 119 novas ligações de água.

### Tubarão (SC)

- ✓ Reforma da ERAT “Itaitu”;
- ✓ Implantação da EEE “Marcolino” (SES Figueira) com capacidade de 12,39 l/s e linha de recalque;
- ✓ Implantação da estação de reversão do rio “Tubarão” para o rio “Morto”;
- ✓ 9 km de novas redes de distribuição de água e adição de 1.138 novas ligações de água; 19 km de novas redes coletoras de esgoto e adição de 1.405 novas ligações de esgoto.

### Concessões SP

- ✓ Implantação da ETE “Jurupeba” com capacidade de 2,50 l/s em ESAP (Palestina/SP);
- ✓ Implantação da EEE “Figueira” em Andradina (SP) com capacidade de 30 l/s;
- ✓ Obras emergenciais contra estiagem com automação do Sistema “Stella Maris” (água) e reforço de rede em Andradina (SP);
- ✓ Automação da captação da ETA “Centro” em SANESSOL (Mirassol/SP);
- ✓ Recuperação reservatório de água em Castilho (SP);
- ✓ Para as quatro concessões SP: 5 km de novas redes de distribuição de água e adição de 1.401 novas ligações de água; 2 km de novas redes coletoras de esgoto e adição de 1.270 novas ligações de esgoto.

O nosso plano de negócios prevê a realização de investimentos para realização de novos negócios, seja por meio de aquisições (M&A) ou celebração de contratos de concessão ou parcerias público privada.

Como parte da execução do plano de negócios citada acima, em 30 de abril de 2021, a Companhia consagrou-se vencedora do Bloco 02 da Concorrência Internacional nº 01/2020, promovida pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, ocorrida na B3, cujo objeto é a concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário e dos serviços

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

complementares dos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca na capital Rio de Janeiro, e dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes.

A Companhia estuda os demais leilões que estão programados e em estudo, e em caso de participação e sucesso, possíveis novos projetos exigirão investimentos para desenvolvimento dos projetos e, eventualmente, pagamento da respectiva outorga.

### ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas tem contratadas as principais linhas de crédito apresentadas no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

As fontes de financiamento dos novos investimentos descritos acima serão: (i) o capital próprio, oriundo da geração de caixa operacional e da destinação dos recursos a serem captados na parcela primária da oferta pública inicial de ações (IPO), caso a Companhia pretenda realizar; e (ii) capital de terceiros, oriundo da parcela ainda não utilizada dos financiamentos listados no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência, além de eventuais novas captações com instituições financeiras e/ou operações de emissão de instrumentos de dívida de longo prazo no mercado de capitais.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.

#### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

#### (c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu nem mantém em desenvolvimento novos produtos ou serviços.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****Impactos da COVID-19 para as Atividades da Companhia e suas Controladas e Medidas Tomadas**

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As nossas informações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 não refletem completamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez. Na data deste Formulário de Referência, não é possível mensurar a completa extensão dos impactos da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, tampouco é possível assegurar que não haverá impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia.

Não obstante, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, além do incremento nas inadimplências que levou ao reconhecimento de despesa de R\$19,1 milhões de provisão para perdas com liquidação duvidosa (comparado com uma reversão de R\$1,8 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), não houve descontinuidade ou diminuição significativa no curso normal dos negócios da Companhia, redução significativa das receitas dos negócios da Companhia, nem qualquer falha no cumprimento de pagamento dos acordos já firmados com os nossos clientes. Também não tivemos alterações em decorrência da pandemia do COVID-19 nos contratos das PPPs firmados com o Poder Público.

A Administração da Companhia entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia no Brasil, assim poderemos eventualmente ser procurados por nossos clientes para renegociação de dívidas, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência, e a possibilidade de ter seus ativos imobilizados ociosos e sem a devida liquidez, reflexos que poderão também impactar nossa receita, o resultado das nossas operações, os nossos negócios e a nossa condição financeira, fluxo de caixa e endividamento. No entanto, não houve, até a data deste Formulário de Referência, impacto material de tais eventos, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes e, consequentemente, impactar negativamente nossa receita.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Diante dessa realidade, implementamos um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de nossos colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das nossas operações, que são consideradas atividades essenciais.

Este plano compreende, entre outros:

- suspensão das viagens corporativas;
- adoção do trabalho remoto para os funcionários administrativos, com fechamento temporário dos escritórios;
- adoção do trabalho remoto mandatório para funcionários no grupo de risco
- adoção do rodízio das equipes de campo;
- provisionamento dos equipamentos de proteção individual em quantidade necessária para às necessidades de nossos funcionários;
- direcionamento dos clientes aos canais de atendimento remotos (*CallCenter*, Aplicativo Digilguá, Whatsapp, *webchat*); e
- fechamento temporários dos pontos de atendimento presencial aos clientes.

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a nossa Companhia e sua controlada Paranaguá Saneamento realizaram captações junto a instituições financeiras e/ou emissões de debêntures.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.